

3

A Emergência do Estado Soberano Centro-Asiático: a Ásia Central da Colonização Russa ao Fim da Guerra Fria

A história da emergência da organização política estatal na região centro-asiática é bastante complexa e particular, sendo que o Giddens chama de Estado-nação, aquela organização política contemporânea que exerce poder político sobre um território demarcado e sobre uma população – sobre os quais exerce vigilância intensivamente – a partir de um ordenamento normativo que enfatiza direitos e deveres dos cidadãos, ou seja, dos membros da comunidade política, somente começa a emergir a partir do esboroamento do Estado soviético, fato consumado em fins de 1991.

Dessa forma, descartando-se o período de integração a um Estado-nação considerado moderno no período soviético, em que as repúblicas nacionais que posteriormente emergiram como Estados nacionais eram soberanas apenas titularmente, é somente no período pós-Guerra Fria que surgem na região da Ásia Central organizações políticas estatais com contornos nacionais e estruturas burocráticas contemporâneas.

O presente capítulo é uma exploração dos processos históricos que concorreram para permitir e produzir a existência de Estados-nação na Ásia Central pós-soviética a partir de um enfoque na história política da região. Essa jornada envolve um percurso panorâmico, superficial e conciso que irá definir a Ásia Central como região e elencar os seus elementos culturais e geográficos mais importantes, ou seja, os que contribuíram para a construção da história da região conforme ela se desenrolou.

Esse percurso é fundamental dentro de nossa pesquisa não somente porque a incursão na experiência do passado nos permite lançar luz e problematizar a compreensão e a conformação do presente, mas porque o presente, bem como qualquer processo de construção estatal, é sempre um período de transição ou mudança, a qual, conforme argumentamos na introdução, é uma estrutura de continuidades e descontinuidades. A compreensão do presente, portanto, só é possível e adequada uma vez que lançamos luz sobre em que medida o passado

vive (isto é, continua) no presente, e em que medida este se diferencia daquele. Este capítulo nos permitirá, portanto, identificar e compreender os elementos culturais e institucionais herdados pelos uzbeques hodiernos de suas experiências culturais e políticas anteriores que subsistem no presente, mesmo que de forma adaptada, bem como, no próximo capítulo, os novos elementos que emergiram a partir da independência, de modo que possamos melhor compreender a política contemporânea uzbeque.

Esse necessário percurso, então, é um desdobramento da primeira seção do nosso segundo capítulo, a qual versou sobre os processos originais de formação estatal na história européia, com enfoque sobre a definição de Estado como contêiner de poder político ou organização política. Tal esforço está, por sua vez, estruturado em três seções. Em uma primeira e concisa seção, realizaremos uma contextualização da região que denominamos hoje de Ásia Central ou Ásia Interior (Soucek, 2000), salientando seus contornos geográficos e apresentando características dos povos que historicamente a habitaram, tais como suas religiões, suas línguas, bem como a fundamental diferenciação entre populações nômades e sedentárias. Dentre essas características, chamaremos a atenção, um pouco mais detidamente, para a introdução e contextualização da religião islâmica na região, dado que as populações centro-asiáticas hodiernas são majoritariamente muçulmanas, fato que as destaca entre as repúblicas que emergiram a partir do ocaso da União Soviética. Iremos, ademais, de forma um tanto quanto sucinta, traçar um breve contorno da história política que antecedeu a conquista da região pelo império russo.

Na segunda seção, exploraremos o movimento de expansão colonial do império russo, delineando, de forma breve, os antecedentes desse processo até o século XIX, no qual a última grande onda de expansão imperial veio a integrar a região centro-asiática ao grande Estado eurasiático. O relato abordará a derrota dos líderes políticos regionais e a integração administrativa de seus antigos domínios ao Estado russo.

A terceira e última seção substantiva do capítulo se debruçará sobre o período que abarca desde a incorporação da região e das populações centro-asiáticas ao Estado soviético, formado após a revolução russa de outubro de 1917, até a implosão desse mesmo Estado a partir das mobilizações dos grupos nacionais que o compunham na direção da consecução, efetivamente obtida, de

sua independência política. Esse período é absolutamente crucial para o estudo da emergência dos Estados centro-asiáticos no pós-Guerra Fria, uma vez que foi sob a égide do Estado soviético, e particularmente de Stalin, que a região centro-asiática incorporada pelo império russo é dividida em cinco repúblicas da União, ou repúblicas nacionais, as quais se tornaram as condições de possibilidade da emergência daquelas unidades políticas. Nessa seção, iremos focar as relações políticas do Estado soviético com os povos centro-asiáticos através do exame de duas problemáticas fundamentais em torno das quais elas se concentraram: a questão da religião (muçulmana, que diferenciava os centro-asiáticos da maioria da população soviética) e a questão etnolingüística (os processos de engenharia lingüística através dos quais línguas e identidades étnicas foram construídas e estabilizadas na Ásia Central). Esses dois elementos cruciais das identidades coletivas dos povos centro-asiáticos foram cruciais para a construção de identidades estatais que fundamentariam a existência de Estados independentes no pós-Guerra Fria, não sendo por acaso que, no caso uzbeque, por exemplo, é justamente em torno dessas duas questões que os processos de securitização instaurados pelas elites estatais se constituíram.

As unidades federadas cujos contornos fronteiriços foram traçados pela política de nacionalidades implementada pelos soviéticos nas décadas de 20 e 30 a partir de critérios etnolingüísticos seriam os mesmos cinco novos Estados da região, cujas independências são o produto de forças desencadeadas pelas amplas reformas implementadas por Mikhail Gorbachev após 1985. Quando, sob a liderança dos países bálticos, e particularmente após o putsch de agosto de 1991, as repúblicas componentes do Estado soviético decidem dissolver a União Soviética, a política de nacionalidades já havia produzido um nível considerável de uniformização lingüística, burocrática e de diferenciação nacional entre as populações da região.

3.1 **Ásia Central: Delimitações e Características**⁶⁹

⁶⁹ A grafia de nomes históricos e geográficos citados nesse trabalho se baseia em Soucek (2000), salvo em ocasiões em que tais nomes possuam correspondentes estabelecidos em língua portuguesa. O livro de Soucek é a mais informativa e acessível introdução à história da Ásia Interior, relatada a partir da introdução do Islã na região. O sistema de transliteração adotado por Soucek, e a justificativa para tal adoção, são explicitados no prefácio (p. xii-xiii).

A região definida contemporaneamente como Ásia Central corresponde aos cinco novos Estados de população muçulmana – o que, apesar do seu caráter laico, justifica a denominação de ex-repúblicas soviéticas muçulmanas – que emergiram com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em fins de 1991. Eles são o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão⁷⁰. O historiador Svat Soucek (2000, p. xi-xii) estabelece, contudo, uma diferenciação entre Ásia Central e o que ele chama de Ásia Interior⁷¹. A primeira definição é mais limitada e compreende uma porção central da região abarcada pela segunda.

A Ásia Interior, em termos contemporâneos, inclui a extensão das ex-repúblicas muçulmanas soviéticas mais a República da Mongólia e a Região Autônoma de Sinkiang (ou Xinjiang-Uigur) na República Popular da China⁷². Essa é uma definição mais adequada historicamente na medida em que incorpora a geografia e as populações de etnia e língua túrquica e mongol que tradicionalmente povoaram a região e que nela estabeleceram extensas e importantes unidades políticas. Essas são também as populações nômades cuja grande mobilidade e habilidade militar lhes permitiram atacar e conquistar porções do território europeu, russo, chinês, indiano, iraniano etc. contemporâneos, além de toda a extensão da Ásia Central, deixando, de forma indelével, suas marcas na história mundial.

Em termos geográficos, conforme afirma Soucek (2000, p. 1), a Ásia Interior é marcada por três grandes características. A primeira (i) é um cinturão de estepes e, em menor grau, desertos que se estendem latitudinalmente, limitando-se, no norte, pela zona de floresta eurásiana (a taiga siberiana); no sul, principalmente por cadeias de montanhas e uma zona de transição climática na China e na região de porções de água como os mares Cáspio e Negro. A segunda (ii) são as cadeias de montanhas latitudinais que separam o cinturão de estepes do

⁷⁰ O sufixo *-stan*, que na língua portuguesa se tornou *-stão*, advém do indo-europeu e significa “lugar de residência, campo, tenda”. Esse é um sufixo ubíquo no oriente, presente no nome dos países da Ásia Central e de outros, como Paquistão, Afeganistão, e de regiões como Mogulistão, Pashtunistão etc. (Soucek, 2000, p. 5-6).

⁷¹ A idéia de Ásia Central tem, aqui, além do componente geográfico fundamental, também uma dimensão política, correspondendo à porção da Ásia Interior conquistada e integrada ao império russo e posteriormente ao Estado soviético e cujas populações, majoritariamente, falam línguas túrquicas e persas e que seguem a religião islâmica. Para uma visualização dessa área, vide o mapa 7.5 nos Anexos.

⁷² Vide o mapa 7.1 nos Anexos para uma visualização dessas duas regiões geográficas. A Ásia Interior correspondente, aproximadamente, à definição da UNESCO de Ásia Central.

sul da Ásia. A terceira (iii) inclui um conjunto de rios, muitos dos quais desembocam em lagos da região ou evaporam em áreas desérticas.

O coração da Ásia Interior, a Ásia Central, foi conhecido historicamente por vários nomes, os quais distinguem sub-regiões específicas dentro dela. O primeiro é a região chamada de Transoxania (ou Transoxiana), recebendo esse nome por se localizar entre os rios Oxus (contemporaneamente chamado de Amu Darya – o rio Amu) e o Syr Darya (também conhecido como Iaxartes, conforme chamado pelos gregos antigos). A Transoxania é considerada o coração histórico da Ásia Central, cujo centro de gravidade se localiza em torno do rio Zarafshan, o qual foi fonte de irrigação que permitiu o estabelecimento de povoados agrícolas e urbanos, e mesmo cidades – ou seja, núcleos sedentários (Ibid, p. 4). O limite ocidental da Transoxania é a região historicamente conhecida como Khwarazm (cuja forma latinizada é Chorasmia), em torno do delta produzido pela desembocadura do Amu Darya no mar de Aral, onde uma civilização agrícola e urbana, de origem iraniana, surgiu na proto-história (Ibid, p. 6).

A Transoxania, somada a uma porção de território a oeste, no norte da província histórica de Khurasan (hoje território meridional do Turcomenistão), formam o que os russos vieram a chamar de Turquestão (ibid, p. 14), nome da governadoria-geral ou região administrativa criada após a conquista russa em fins do século XIX. Geograficamente, a Ásia Central inclui mais uma porção de terreno a norte do Turquestão. Ao se cruzar o Syr Daria, encontrar-se-á no limiar da imensa planície eurásiana, onde habitavam os turcos (ocidentais) antigos quando da conquista árabe no século oitavo. Aqui se estende um grande cinturão de estepes que atravessa os territórios da Ucrânia, da Rússia meridional e do Cazaquistão, região conhecida pelos muçulmanos medievais como Dasht-i Kipchak (as estepes dos [turcos] Kipchak) (Ibid, p. 2). O Dasht-i Kipchak e o Turquestão formam, em termos físico-geográficos, a Ásia Central, o coração da Ásia Interior.

Esse cinturão de estepes, ou vastas áreas de vegetação gramínea, compreende uma extensão de terras que vai do leste europeu (Hungria e Ucrânia), passando pela região em torno do Mar Negro, por toda a Ásia Central e o norte do Afeganistão até as fronteiras da China, formando, assim, o coração da Eurásia (Hildinger, 2001, p. 5). Nesse cinturão desenvolveu-se o que Soucek (ibid) chama de um fenômeno histórico único: o surgimento do nômade eurásiano altamente

móvel e criador de cavalos. Conforme salienta Hildinger (ibid), as regiões de estepes não são uniformes, incluindo porções de áreas desérticas, outras montanhosas, bem como uma fronteira com as florestas subárticas da Sibéria, sendo também marcadas por climas severos. No cinturão central de estepes, terras tradicionalmente habitadas pelas populações mongóis e túrquicas, as temperaturas, entre inverno e verão, chegam a variar em 80 graus centígrados.

É em tais ambientes severos que se desenvolveram os contingentes populacionais nômades da Eurásia. Essas são populações que, todavia, não movem de lugar para lugar o tempo todo, o que para elas seriam letal, uma vez que tradicionalmente vivem no limite da subsistência; elas se movem, geralmente, duas vezes por ano (Hildinger, p. 5-6). Eles se movem porque são populações de pastores e criadores de animais, como ovelhas, carneiros, gado e cavalos, dos quais retiram as fontes de sua subsistência: carne, leite, couro, feltro, pêlo para as rédeas, excremento para as fogueiras etc. (Ibid, p. 6).

Devido à estrutura social e econômica em que vivem, os povos nômades são geralmente dependentes do contato com populações sedentárias, do qual possam retirar recursos para viverem. Esses contatos se deram, historicamente, na forma de comércio ou de ataques e invasões (Ibid, Soucek, 2000, p. 43, Rossabi, 1994, p. 37).

Além do pastoreio, os nômades também se dedicavam à caça, a qual se tornara uma de suas ocupações favoritas, convertendo-se em jogos que constituíam preparação para a guerra (Soucek, ibid, p. 44). A dureza da vida que levam, aliada ao contato constante com os cavalos (na verdade pôneis – mais robustos e resistentes) e suas habilidades com o arco e a flecha conformaram as condições para a formação de um guerreiro extremamente veloz e proficiente, sendo que a proficiência na arte da guerra tornou-se uma habilidade necessária para se lidar com uma conseqüência do nomadismo bem-sucedido, qual seja, a guerra (Hildinger, 2001, p. 7). Soucek (2000, p. 43-4), ademais, nota que a estrutura tribal – a qual fornecia os principais elementos de identidade e lealdade das sociedades nômades – continha elementos análogos à organização militar, o que reforçava as características de mobilidade e o caráter paramilitar do estilo de vida dos nômades turco-mongóis da Ásia Interior. As confederações de tribos nômades que chegaram a conformar Estados – mesmo que tradicionais, na terminologia de Giddens – dependiam grandemente da personalidade de seus

líderes para surgirem e se sustentarem no tempo, sendo que a morte desses líderes significou, por vezes, o fim do Estado (Hildinger, 2001, p. 10).

Em termos etnolingüísticos, os principais grupos populacionais da região centro-asiática se dividem em três grandes conglomerados, assim como suas línguas. As primeiras, as línguas túrquicas, são faladas pelos grupos étnicos cazaques, quirguizes, turcomenos, uzbeques, uigures (habitantes da região de Sinkiang, também chamada de Xinjiang-Uighur), dentre outros, dividindo-se em três ramos principais – o Kipchak, o Turki e o Oghuz (Soucek, 2000, p. 29). A língua uzbeque, assim como a uigur, pertence ao grupo Turki, sendo praticamente idênticas (a diferença principal sendo o alfabeto – cirílico e árabe, respectivamente – usado pelas duas etnias). As línguas do grupo Oghuz (turcomeno, azeri [Azerbaijão] e turco [Turquia] são mutuamente inteligíveis) (Ibid, p. 29-30).

Em segundo lugar temos a família das línguas mongóis, tendo como principal tipo o mongol da Mongólia, o qual é escrito no alfabeto cirílico. Por fim, na terceira família, temos o tadjique, virtualmente idêntico ao persa do Irã e ao dari (persa do Afeganistão, uma de suas duas línguas oficiais, juntamente com o pushtu, falado por seu principal grupo étnico, o pashtun) (Ibid, p. 31-2).

Em termos religiosos, há três religiões principais na região. O Islã, especialmente do ramo sunita e em sua variação sufista, é praticado nos cinco Estados da Ásia Central, e também na região de Sinkiang, na China. O Budismo é a principal religião da Mongólia. O Xamanismo ainda é praticado especialmente pelas populações nômades da região, especialmente na Mongólia (ibid, p. 35-41), mas ainda subsiste em larga medida em formas sincréticas do Islã popular centro-asiático (Sengupta, 2003, p. 173-83).

O xamanismo era o principal sistema religioso das populações nômades túrquicas e mongóis da Ásia interior antes da chegada do Islã. Nessa religião de sociedades de pastores e caçadores nômades, o xamã ocupa lugar central como a pessoa dotada de faculdades especiais para se comunicar com forças sobrenaturais, boas e más, principalmente para guiar os nômades na escolha de seus locais de migração e estabelecimento temporário, ajudando-os também na caça e na cura e no tratamento dos doentes (Soucek, 2000, p. 40-1).

A expansão e introdução do Islã na região, particularmente na Transoxania, deu-se no século oitavo no contexto da expansão dos árabes sob o califado omíada

instalado em Damasco. À época, a Ásia interior, particularmente em suas regiões centrais, era um mosaico de principados, sendo ao mesmo tempo cercado – nos seus limites territoriais – por grandes unidades políticas, particularmente a China a leste (que havia se expandido para a região que hoje chamamos de Sinkiang, então povoada por populações túrquicas), o Irã sassânida o sudoeste (cujo território limítrofe era a província de Khurasan – a qual incluía parte do território do atual turcomenistão e noroeste do Afeganistão – plataforma a partir da qual os árabes conquistaram a Ásia Central), e o império dos turcos Kök, ou turcos antigos. Os principados da Ásia central estavam sob a suserania dos turcos antigos, os quais haviam formado o primeiro império turco da história no século sexto e que se dividia em dois ramos: o sênior, oriental, a leste das cadeias de montanhas altaicas, tendo como centro de gravidade o vale do rio Orkhon; e o júnior, ocidental, que reinava a oeste das cadeias Tianshan e na região de Semireche⁷³ (Ibid, p. 46).

A conquista árabe da Ásia Central deu-se ao decorrer de um século, diferentemente da conquista do Irã sassânida, a qual levou em torno de duas décadas, algo pelo menos parcialmente explicável pela multiplicidade de principados existentes na Transoxania (Ibid, p. 56-7). Incursões esporádicas dos árabes precederam a conquista liderada por Qutayba ibn Muslim, tendo o principado de Bucara, o maior e mais próximo de Khurasan, sido o seu primeiro alvo, com a capital sendo tomada no ano 709 (Ibid, p. 57-8). Qutayba pertencia à tribo árabe Bahila, e foi nomeado governador de Khurasan pelo vice-rei do Iraque, tendo ambos sido apoiados pelo califa al-Walid no esforço de estabelecer as fundações de uma Transoxania e uma Chorasmia islâmicas (Ibid, p. 57). Bucara se encontrava na famosa Rota da Seda que ligava a China à Europa mediterrânea, não sendo os árabes desconhecidos para os seus mercadores. À conquista de Bucara se seguiram a de Samarcanda e a de Chorasmia.

Todavia, a morte do califa al-Walid e a do vice-rei do Iraque transformaram a situação no centro do império islâmico árabe, tendo o irmão de Walid, Suleiman, o sucedido no trono. Qutayba foi morto, ao se opor ao novo ocupante

⁷³ Semireche (russo para “sete rios”) é uma região a nordeste da Transoxania, cobrindo a parte sudeste do atual Cazaquistão (região entre as cadeias de montanha a leste e o lago Balkhash, a oeste, marcada pela presença de vários rios). Em Semireche, nômades e sedentários conviveram através da história, já que essa porção das estepes eurásianas facilita ambos os modos de vida (Soucek, 2000, p. 22-3).

do trono, na região de Fergana no ano 715, então paralisando as expansões árabes (Ibid, 61). Foi somente sob o novo califado abássida, instaurado em meados do século oitavo em Bagdá, que uma nova expansão do Islã se deu na Ásia Central. Essa nova expansão, todavia, foi conduzida pelos iranianos (pelas populações persas) nativos da região, tendo os árabes deixado de estar entre os principais grupos de atores na história da Ásia Central desde então (Ibid, p. 68-9).

À época, os árabes preparavam suas incursões a Semireche, fronteira então pressionada pelos chineses que, havendo tomado a região que hoje denominamos de Sinkiang, se dirigiram a oeste na direção da Transoxania. Em uma batalha decisiva no ano de 751, os chineses foram derrotados pelos árabes e não mais voltaram, salvo em raras situações, a se aventurar ou buscar dominar as regiões a oeste de Sinkiang. Foi através desse contato com os chineses, particularmente com aqueles tomados prisioneiros pelos árabes, que a invenção do papel foi aprendida e levada pelos árabes da China para a Europa, substituindo o papiro e o pergaminho então lá utilizados (Ibid, p. 68-9).

O islamismo da Ásia Central é principalmente do ramo sunita, com a particularidade de que a partir do século XIII o sufismo fincou raízes na região através da criação de ordens (*tariqas*, plural de *tariqat*, “caminho” [para Deus]) que sobrevivem até os dias atuais. O sufismo é um ramo do Islã que possui um corpo de técnicas relativas à jornada do adepto místico até Deus, e como tal surgiu nos primeiros séculos da era islâmica. Nos seus primórdios, o sufismo estava relacionado a uma experiência individual dos praticantes, a qual se baseava na relação entre o mestre, chamado de *sheikh* (xeique), *murshid*, *pir*, *ustad* ou *ishan*, e o discípulo, ou *murid* (Bennigsen e Wimbush, 1985, p. 2). As primeiras ordens sufistas surgiram no século XII e se espalharam por todo o mundo islâmico. Os seus fundadores eram chamados de *shaykhs*⁷⁴ (ou sheikhs), palavra árabe que significa “homem velho” ou “ancião” (Soucek, 2000, p. 37).

Há quatro ordens sufistas (*tariqas*) características da Ásia Central, as quais continuaram ativas na região no século XX. Dentre as quatro, apenas uma surgiu fora do território centro-asiático. Elas são: Qadiriya, Yasaviya, Kubraviya e Naqshbandiya. A primeira foi fundada em Bagdá por Abd al-Qadir Gilani em

⁷⁴ As palavras de origem persa e túrquica *pir*, *khwaja*, *baba* ou *ata* são os títulos alternativos desses xeiques, os quais eram geralmente *sayyids* (do árabe *sayyid*, “chefe”, título honorífico concedido aos descendentes do profeta Maomé) (Soucek, 2000, p. 36-7).

torno de 1166. A irmandade foi introduzida no reino dos búlgaros, no Volga, e nas cidades do Turquestão, especialmente no Vale do Fergana, por mercadores árabes de Bagdá no século XII. A ordem Yasaviya foi criada por um contemporâneo de Gilani, Ahmad Yasavy, um turco da cidade de Sayram. Essa ordem teve alcance mais limitado, sendo que seus afiliados se concentram no Vale do Fergana e no sul do Cazaquistão. A tariqat Kubraviya foi criada na Chorasmia por um nativo de Khiva, Najm al-Din Kubra no século XIII. Os seus membros quase sempre estiveram limitados à Chorasmia e ao delta do Amu Darya. Por fim, a ordem Naqshbandiya, fundada no século XIV em Bucara por Baha al-Din Naqshband, um “tadjique” do vilarejo próximo de Qasr-i Arifan, é considerada a mais ativa e importante na Ásia Central praticamente desde a sua fundação. Os naqshbandis estão presentes em todo o mundo muçulmano, do Marrocos à Indonésia e da China à África oriental (Bennigsen e Wimbush, 1985, p. 6-12, Soucek, 2000, p. 37-8).

Os sufistas de todas as ordens consideradas formavam comunidades que viviam em clausuras, as *khangahs* (do persa “lugar de residência”), as quais formavam complexos que incluíam as mesquitas, espaços de acomodação para os visitantes e viajantes, além das tumbas dos xeiques ou sayyids, as quais se tornaram santuários de peregrinação (*mazars*), um ritual que se tornou característico das práticas religiosas das populações centro-asiáticas. Os adeptos sufistas desenvolveram técnicas e rituais que lhes permitem alcançar um estado místico de consciência, chamado em árabe de *dhikr* (“reminiscência” ou “lembança” [de Deus]), palavra que adentrou as línguas túrquicas e persas como *zīkr*. Tal prática consiste na concentração do pensamento sobre Deus, particularmente através da repetição de fórmulas religiosas ou das várias formas do nome de Deus, e geralmente associadas a exercícios de respiração, os quais provocam alterações do estado de consciência do praticante. O *zīkr* é praticado individualmente ou em círculos de dervixes, podendo ser vocalizado ou silencioso (Soucek, *ibid*, p. 37).

Foi sob o domínio dos russos, particularmente no período soviético, que algumas práticas tradicionais dos muçulmanos foram proibidas, das mais básicas, como a circuncisão de bebês do sexo masculino, às coletivas, como as peregrinações às tumbas dos santos muçulmanos. Mesmo sob perseguição ou proibição oficial do governo, a religião islâmica, desde sua introdução na região,

sempre desempenhou papel fundamental na constituição da identidade e das práticas sociais e culturais das populações da Ásia Central. Sua expansão, todavia, somente abarcou praticamente toda a extensão da Ásia Interior, à exceção das terras natais mongóis e chinesas (Sinkiang sendo considerada à parte, dado que sua população nativa era túrquica), a partir do momento em que os khans ou líderes do grande império mongol, que quase unificou toda a Eurásia (Hosking, 2001, p. 55), se converteram ao Islã.

O império mongol, criado sob a liderança do líder supremo ou Genghis Khan, cujo nome era Temujin, no século XIII, constituiu o maior império em extensão territorial da história. Após unificar toda a Ásia Interior sob o governo de um povo nômade, altamente móvel e guerreiro, o último grande movimento de expansão do império se deu sob o governo dos netos do grande Khan. As disputas por sucessão, a qual não seguia um princípio de linearidade, terminaram por dividir o império em várias regiões administradas por descendentes gengisídeos. O ocaso do período áureo do império mongol foi marcado pela ascensão de um outro grande líder regional, Tamerlão (Timur, o Manco), nascido no atual Uzbequistão, cujas também impressionantes conquistas constituíram o império timurídeo na Transoxânia, o qual foi sucedido pelo restabelecimento de uma linhagem mongol (a os shaybânidas) e pela posterior fragmentação política da região – em torno do século XVI. Tal fragmentação culminou com o estabelecimento de três unidades políticas principais: os khanatos (unidades políticas governadas por um khan, de ascendência mongol, os quais começaram a se converter ao Islã no início do século XIV) de Khoqand e Khiva e o Emirado de Bucara, constituindo Estados tradicionais governados por dignitários muçulmanos. Foi no contexto da existência destas três unidades políticas que a conquista russa da Ásia Central se deu.

3.2 De Emirados e Khanatos a Províncias do Império Russo

É a partir do último quartel do século XIX que ocorre a última grande onda de conquistas do império russo em direção às terras dos cazaques e ao que os

russos vieram chamar de Turquestão⁷⁵. Todavia, algumas porções ocidentais da região já haviam sido conquistadas no século XVI quando da expansão da Moscúvia sob os descendentes de Ivan, particularmente sob Ivan IV, o Terrível, o primeiro dinasta russo a ser nomeado *Tsar*. O título, contudo, tinha o sentido inicial de Khan, tendo sido utilizado previamente à coroação de Ivan IV em documentos oficiais – salvos condutos – para se atravessar territórios russos (Hosking, 2001, p. 85).

Isso se deve ao fato de que as terras russas antigas, da Rússia Kievana (*Kievan Rus*), caíram sob o domínio da Horda Dourada mongol, no século XIII, cuja capital – Sarai – foi fundada pelo neto de Genghis Khan, Batu, sendo conhecida como Sarai antiga ou Sarai-Batu. A Rússia Kievana, por sua vez, surgiu da fusão entre populações eslavas que haviam migrado para a região entre o Mar Báltico, o Negro e o Cáspio e os escandinavos viquingues do norte – os Varângios, conforme os eslavos os chamavam – que entre os séculos VIII e X se espalharam por toda a Europa. Estes não eram nômades, mas guerreiros e comerciantes. Eles foram chamados de Rus, provavelmente devido ao príncipe Rurik que, segundo relatam as crônicas antigas, respondeu a um chamado dos eslavos da região que buscavam um príncipe para governá-los (dada a desordem política de seus domínios).

Ao sul dessa região, aquela que veio a ser a principal cidade dos domínios eslavo-varângios, Kiev, foi construída nas proximidades do Mar Negro (Ibid, p. 30-3). Kiev passou a ser a capital de uma federação de cidades governada conjuntamente por membros de uma dinastia de descendentes de Rurik. O primeiro grão-príncipe de Kiev foi Vladimir, o qual tomou Kiev após a morte de seu pai, Sviatoslav, tentando unificar a população através de uma campanha religiosa, erguendo ídolos das religiões eslavas, nórdicas, finlandesas e até iranianas em uma colina em torno de Kiev. Brevemente após se estabelecer como governante, Vladimir se converteu ao cristianismo ortodoxo, religião da grande Bizâncio, a Segunda Roma, grande centro cultural e comercial. Vladimir casou-se com Anna, a princesa bizantina, trazendo Rus para a órbita comercial e cultural de Bizâncio (o próprio alfabeto adotado em Rus – o cirílico, modelado no alfabeto

⁷⁵ Para uma historiografia cultural, por vezes essencialista, dos povos que vieram a ser chamados de uzbeques na Ásia Central, particularmente no período anterior à conquista russa, vide Allworth (1990).

grego – foi criado pelo monge e missionário bizantino Cirilo de modo a facilitar a conversão de populações pagãs) (Ibid, p. 36-7).

Devido a pressões oriundas do ocidente e à crescente independência dos principados kievanos, gerou-se um relativo declínio econômico e político nas terras russas, sendo que a partir do século treze, mas particularmente do catorze, um principado localizado ao norte começou a emergir e mesmo a se expandir: a Moscúvia, com a cidade de Moscou, localizada ao longo do rio Moscou (como centro). À época, o principado de Tver havia se tornado competidor de Moscou em termos econômicos e mesmo políticos, sendo que uma possível aliança entre Tver, o Estado lituano e o importante principado russo de Novgorod preocupavam os moscovitas, bem como os khans da Horda Dourada. Os príncipes de Moscou, contudo, advinham de uma linhagem mais jovem da dinastia, não podendo ser, formalmente, privilegiados no contexto da sucessão em Kiev. Contudo, após ser enviado, com tropas mongóis, para Tver com vistas a suprimir uma revolta local, Ivan I, de Moscou, foi recompensado com o *iarlyk*, a patente do grão-príncipe dos russos. O fato de que Ivan era um pagador correto de suas obrigações tributárias aos mongóis fez com que estes, a partir de então, designassem Moscou como coletora de tributos, dispensando o envio de coletores mongóis. A partir daí, o *iarlyk*, salvo raras exceções, permaneceu com Moscou (Ibid, p. 71).

A emergência de Moscou ocorreu concomitantemente ao declínio da Horda Dourada, cuja crescentemente sofisticada civilização urbana tornou-se de difícil reconciliação com o governo de nômades. Foi o assassinato do khan da Horda, Berdi Bek, em 1359, que inaugurou uma série de golpes e sucessões no trono de Sarai. Em Moscou, os problemas relativos à sucessão dinástica – a qual era tanto linear quanto lateral nas terras russas, como nos domínios mongóis – seriam resolvidos por Basílio II, filho de Basílio I e neto de Vladimir Donskoi. Quando da morte de seu pai, Basílio II foi escolhido como sucessor, e a não aceitação dessa decisão por seus irmãos provocou cerca de duas décadas de guerra civil, ao cabo da qual o sucessor escolhido emergiu vitorioso e consolidou o princípio da sucessão linear nas terras russas de forma permanente (Ibid, p. 80).

Sob Ivan III (1462-1505) o objetivo de expandir e consolidar o controle sobre as terras russas foi priorizado e inicialmente implementado com a conquista de Novgorod, o maior dos principados russos, Pskov e Smolenk e a derrota de uma ameaça vinda do sul, representada pela exigência de pagamento de tributo e

submissão por Akhmat Khan, líder de um grupo de clãs remanescentes da Horda Dourada, através de uma aliança com o khan da Criméia. Ao perceber que não receberiam a ajuda de seus aliados – os lituanos e Andrei e Boris, irmãos de Ivan III, Akhmat se retirou para as estepes. Por mais três séculos, saques e invasões tártaras ocorreriam contra as terras russas, mas foi essa batalha não ocorrida em 1480 o evento que os historiadores consideram como o fim do jugo mongol sobre as terras de Rus, já que nenhum dos Estados sucessores da Horda Dourada foi capaz de auferir tributos. Em 1502, a Horda Dourada foi tomada por Mengli Girey, khan da Criméia, o qual retirou suas forças para as porções sul e oeste de seu território (Ibid, p. 85-8).

Quando Ivan IV assumiu o trono moscovita, em 1533, a Moscóvia era um Estado mais consolidado e em expansão, mas ainda altamente inseguro por estar cercado ao noroeste por dinamarqueses e suecos, a oeste pelos poderosos lituanos, e a leste e sul pelos Estados sucessores da Horda Dourada, quais sejam, os khanatos da Criméia, de Nogai, de Kazan, Astrakhan e os khanatos siberianos, todos, a essa altura, compostos por populações muçulmanas (Ibid, p. 107-08). Ao sul também se encontravam os turcos otomanos, os quais haviam tomado Bizâncio em 1453. De forma a dar continuidade à consolidação do legado de seus antecessores, Ivan IV estabelece uma aliança com as populações cossacas, tártaras, mas também eslavas, remanescentes de tribos nômades e da Horda Dourada e promove reformas, inclusive nas suas forças armadas. Em 1552, Ivan decide conquistar Kazan, que havia sido um problema para gerações de príncipes moscovitas, os quais tentaram, por ocasiões, intervir em conflitos internos de sucessão no khanato. Ivan justificou sua iniciativa a partir da negação de Kazan em reconhecer a suserania moscovita sobre o khanato, dado que ele via Moscou como herdeira da autoridade da Horda Dourada, à qual os khans da região haviam conferido sua lealdade. Ivan deportou a população muçulmana da cidade e para lá enviou mercadores e artesão russos. A conquista de Kazan se tornaria o principal triunfo de seu reinado (Ibid, p. 117), o qual ficou conhecido pela tirania de Ivan, sob quem a Moscóvia daria seus primeiros passos na direção da construção de um papel geopolítico em toda a Eurásia (Ibid, p. 127).

Após a tomada de Kazan em 1552 e de Astrakhan em 1556, a expansão russa foi contínua no tempo e territorialmente contígua⁷⁶. No período de Ivan, as conquistas tiveram o caráter de uma cruzada cristã contra os muçulmanos, os quais eram convertidos forçosamente ao cristianismo e reduzidos a cidadãos de segunda classe, tendo suas propriedades confiscadas, seus títulos de nobreza esvaziados e seu direito de possuir propriedades nas cidades anulado. No século dezoito, vários khans das hordas cazaques buscaram a proteção dos russos contra as invasões de grupos orientais, como os Oirats, vindo a declarar sua lealdade ao czar. Essas populações, por vezes nômades, e também muçulmanas, vieram a ser “súditos estrangeiros” (*inorodtsy*) no império russo, mas não cidadãos (Roy, 2000, p. 26-7).

O último estágio da conquista russa da Ásia Central foi o povoamento das terras cazaques e, por fim, a tomada da Transoxania, sendo que Roy (*ibid*, p. 27) distingue três padrões nesse processo de colonização. O primeiro consistiu da colonização de povoamento, conforme o modelo da colonização estadunidense do *far west* e francesa na Argélia, levada a cabo através da derrota das populações nômades nativas. O segundo foi a administração indireta e principalmente militar de parte da Transoxania, envolvendo o fomento da agricultura industrial, mas sem intervenções na sociedade tradicional, conforme o modelo britânico implementado na Índia e no Egito. Por fim, houve os protetorados estabelecidos em torno de dinastias muçulmanas conservadoras em Bucara e Khiva.

Em uma primeira e mais gradual fase da conquista russa, ocorrida entre 1730 e 1848, a maior parte do território cazaque atual, à exceção de Semireche e dos segmentos em torno do Syr Darya, foi conquistada. Em uma segunda e derradeira fase, esses dois segmentos e todo o resto da Ásia Central – os territórios dos atuais Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turcomenistão – foram tomados (Soucek, 2000, p. 195).

Em torno de 1730, os cazaques, compostos por tribos nômades que viviam na região oriental do Dasht-i Kipchak e falantes da língua túrquica Kipchak, já haviam produzido os contornos de um grupo distinto, mas sem unidade política mais ampla. Eles se dividiam em três grandes confederações tribais ou hordas (*jüz* em cazaque): a Horda Maior ocupava o território aproximado de Semireche, a

⁷⁶ Para uma visualização cartográfica da expansão colonial russa, vide o mapa 7.2 nos Anexos.

Horda do Meio ocupava o território do Cazaquistão central, e a Horda Menor habitava as porções ocidentais da região dos cazaques (Ibid).

Na sua fase inicial e lenta, a presença russa no Cazaquistão se deu na forma de reconhecimentos de suserania russa por khans locais, particularmente após o pedido formal feito ao czar por Abilay, khan da horda menor, e então aceito em 1730. A formalidade, todavia, de tais arranjos foi revelada pelo fato de que muitos khans reconheciam, ao mesmo tempo, a suserania Manchu sobre seus domínios, particularmente após a conquista de Sinkiang (do chinês *hsin kiang*, “nova província” [Soucek, p. 16]) pela China em 1758. Foi sob o reinado de Catarina⁷⁷, a Grande (1762-1796), contudo, que as porções noroeste, norte e nordeste do território cazaque foram colonizadas e povoadas por camponeses russos, com a implantação subsequente de postos militares território adentro (Ibid, p. 196).

À época, as populações de mercadores tártaros, etnicamente próximas dos cazaques e que já haviam sido incorporadas ao império desde a conquista de Kazan, foram a ponta de lança da estratégia de penetração econômica e fomentação do comércio por parte de São Petersburgo, e de fomento da religião islâmica, por mais paradoxal que pareça. Os mullahs tártaros empreenderam proselitismo islâmico ao mesmo tempo em que o proselitismo da Igreja Ortodoxa era proibido pelo governo russo, de modo a ambientar e sedentarizar os conquistados (Ibid, p. 197).

A primeira fase de conquistas, a seu turno, pode ser dividida em dois sub-períodos, sendo que no segundo, que compreendeu o intervalo entre os anos de 1822 e 1848, as hordas cazaques foram eliminadas pelo império russo, restando apenas uma zona meridional do território cazaque ainda livre do domínio russo, e isso se deveu ao fato de que ela estava sob a influência política do khanato de Khoqand. Para evitar um possível conflito com a China ou a Grã-Bretanha, a conquista dessa região foi postergada pelos russos. Todavia, já em 1853, os russos tomaram a cidade de Akmeshit, fundando, um ano depois, Vernyi, a futura capital cazaque Almaty (ex-Alma-Ata), e tomou Bishkek, hoje capital do Quirguistão e então um posto fronteiro de Khoqand (Ibid, p. 198).

A Guerra da Criméia e a insurreição interna liderada pelo xeique Shamil, no Cáucaso, dentre outros fatores, desaceleraram a expansão russa, mas já em 1865,

⁷⁷ A essa altura, a capital do império já havia sido transferida para São Petersburgo, construída sob o reinado do ocidentalizante Pedro, o Grande, que governou de 1682 a 1725.

Tashkent, capital do futuro Uzbequistão, foi tomada, aparentemente contra os desejos de São Petersburgo, pelo general Chernyaev. Três anos depois, os russos se engajaram em uma guerra contra o emir de Bucara, anexando a maior parte do território do emirado e permitindo àquela remanescente existir como um protetorado russo. Em 1873, o khan de Khiva foi derrotado, o que culminou na similar anexação da maior parte do khanato, transformando o remanescente em protetorado, sendo que em 1876, o khanato de Khoqand foi conquistado e extinto ao ser completamente incorporado ao império (Ibid). O território ainda por conquistar, correspondente ao atual Turcomenistão, foi incorporado em 1881 após a batalha de Göktepe, em que os turcomenos foram submetidos e sua resistência destruída (Ibid, p. 198-9).

Conforme argumenta Soucek, essas conquistas tiveram várias causas e objetivos, dentro os quais ele salienta: (i) o fato de que alguns líderes locais, como o emir de Bucara, buscavam recuperar áreas perdidas para os infiéis, provocando os russos; (ii) o colapso virtual do khanato de Khoqand após a queda de Madali Khan; (iii) uma busca de compensação psicológica, principalmente pelos militares, pela derrota na Guerra da Criméia, o que, no caso centro-asiático, implicava se opor às pressões da maior potência colonial da época, a Grã-Bretanha; (iv) e, por fim, a busca de mercados para os produtos da crescente indústria russa e fontes de matéria-prima (Ibid, p. 199).

Esse processo de conquista foi completado a partir da tomada da cidade de Merv, antigo centro pré-islâmico e islâmico na região da Chorasnia, próxima da fronteira com o Afeganistão. Esse movimento russo em direção ao sul, empreendido alhures a partir de Fergana, na fronteira com a Cachemira indiana, elevou as tensões entre russos e britânicos, culminando na negociação entre os dois impérios que, através da Comissão Lindeira do Pamir (*Pamir Boundary Commission*), estabeleceu as fronteiras entre eles e o Estado-tampão afegão, ao qual foi incorporada a região conhecida como o “dedo afegão”, uma faixa alongada de território entre os montes Pamir e a Cachemira, a qual se estende até a província de Sinkiang na China. Essa disputa por territórios e influência na Ásia Central entre russos e britânicos foi denominada de o “Grande Jogo”, o qual foi estabilizado por tais acordos entre Grã-Bretanha e Rússia. Em 1895, as fronteiras meridionais do império russo – fronteiras dos atuais Turcomenistão, Uzbequistão

e Tadjiquistão – foram, então, estabilizadas, assumindo seus contornos definitivos (Ibid, p. 199-200).

Após 1885, as áreas conquistadas foram incorporadas administrativamente ao império russo da seguinte forma: uma grande unidade administrativa, a Governadoria-Geral do Turquestão (*Turkestanskoe General-Gubernatorstvo* ou *General-Guberniya Turkestan*) foi criada e administrada por um governador militar residente em Tashkent. A Governadoria-Geral, por sua vez, foi dividida em cinco regiões (*oblasts*) e dois protetorados (o emirado de Bucara e o khanato de Khiva). As regiões eram Syrdarya (com sede em Tashkent), Semireche (com sede em Vernyi), Fergana (com sede em Skobelev), Samarcanda (com sede em Samarcanda) e Zakaspie (ou Transcaspia, com sede em Ashkhabad) (Ibid, p. 201).

Os territórios cazaques, por sua vez, foram incorporados separadamente, dada a sua ligação histórico-geográfica com o território russo e com a Sibéria, e divididos em três partes. A oeste, na região da Horda Menor, criou-se o oblast de Uralsk, com sede na cidade de Uralsk; na área central, região aproximada da antiga Horda do Meio, criaram-se os oblasts de Turgai e Amolinsk; o oblast de Amolinsk, juntamente com o oblast oriental de Semipalatinsk, formavam uma Governadoria-Geral, a das Estepes, cujo governador residia na cidade siberiana de Omsk. Os territórios aproximados da antiga Horda Maior, então, correspondiam ao oblast de Semipalatinsk e ao oblast de Semireche, bem como a porção oriental do oblast de Syrdarya, ambos na Governadoria-Geral do Turquestão (Ibid).

Por fim, vale salientar que boa parte do território do emirado de Bucara foi incorporada à região de Samarcanda, incluindo a própria cidade, enquanto que o território do khanato de Khiva foi incorporado à região de Syrdarya. A construção de tais fronteiras administrativas não contou com qualquer participação da população nativa que, sob domínio do império russo, iria encontrar duas grandes situações: um período de relativa paz e ordem providas pelo colonizador, em contraste a um período anterior marcado por constantes conflitos locais; e a condução dos destinos da região por um agente externo e infiel (Ibid, p. 202).

A administração colonial russa na Ásia Central foi consolidada sob a longa gestão (1867-1882) do segundo governador do Turquestão, Konstantin Petrovich von Kaufman. As estruturas e fronteiras administrativas da região durariam até 1917, quando, em outubro, a revolução bolchevique as faria desmoronar juntamente com o império russo a que pertenciam (Ibid, p. 203).

Antes do colapso do império, todavia, transformações importantes foram promovidas na região pelos russos. A agricultura foi fomentada através da migração de agricultores russos e ucranianos, principalmente no Cazaquistão e em Semireche. O cultivo do algodão, principal produto de exportação local para a Rússia, foi praticamente transformado em uma monocultura. Imigrantes profissionais urbanos também se deslocaram para a região, dedicando-se ao serviço público, aos transportes e às comunicações, à indústria incipiente, à educação moderna, sendo sua maioria composta por russos; esse processo transformou o semblante de várias cidades, nas quais as populações européias chegavam a superar as nativas (Ibid).

No plano cultural, conforme havíamos mencionado, os russos continuaram tolerantes e avessos ao proselitismo da ortodoxia cristã. Em termos da ocupação militar propriamente dita, cerca de 40.000 soldados foram alocados para as províncias da região, as quais foram progressivamente integradas através da construção de estradas de ferro e de uma rede de telégrafos, os quais possibilitavam o controle da colônia, tendo sido utilizados pelos bolcheviques para manter o Turquestão como parte da Rússia no contexto turbulento da revolução (Ibid, p. 204).

No período entre a conquista efetiva e a destruição do império e tomada do poder pelos bolcheviques, o Turquestão teve onze governadores. Uma minoria dos centro-asiáticos, por sua vez, foi exposta à moderna educação oferecida pelos russos, particularmente em escolas mistas, nas quais se ensinava na língua vernácula e em russo. Um outro tipo de educação moderna foi oferecido pelos reformadores islâmicos do período, especialmente aqueles pertencentes ao movimento *Jadid* (do árabe *usul-i jadid*, “novo método”). Esse movimento, também chamado de jadidismo, emergiu a partir do contato de nativos da região com idéias reformistas oriundas de Istambul, por exemplo, cujos “jovens turcos” (Young Turks) inspiraram os “jovens de Bucara” (Young Bukharans). Os *jadids* criaram escolas e jornais de circulação periódica na imprensa, e se opunham ao governo, considerado retrógrado, do emir de Bucara, o qual buscava fortalecer seu controle local através da oferta de presentes a Moscou. Com o tempo, o movimento pela reforma educacional se tornou um movimento político pela modernização do Islã (Ibid, p. 206, Sengupta, 2003, p. 186).

Tanto os russos quanto os clérigos conservadores e o emir de Bucara olhavam com suspeição os esforços dos reformistas na região. Os russos, todavia, por dois motivos fundamentais, não antagonizaram frontalmente os jadids: em primeiro lugar, não houve resistência “jihádica” à conquista russa centro-asiática pelos muçulmanos e ordens sufistas como a ocorrida no caso do Cáucaso, dado que a vida da comunidade nativa não foi diretamente ameaçada (Bennigsen e Wimbush, 1985, p. 32); e em segundo lugar, e principalmente, os russos estavam preocupados com seu oponente mais perigoso e organizado, qual seja, os revolucionários e dissidentes socialistas que eram progressivamente deportados da Rússia para a Ásia Central (Soucek, 2000, p. 207).

A presença crescente desses revolucionários na região foi fundamental na medida em que suas habilidades políticas e recursos militares permitiram a manutenção da Ásia Central como possessão da nova Rússia transformada pelos eventos de outubro de 1917, quando os socialistas bolcheviques, liderados por Lênin, tomaram Petrogrado e assumiram o controle de Moscou. A guerra civil que se segue dura aproximadamente até 1922, quando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi criada (em dezembro daquele ano). Sob o Estado soviético, transformações mais profundas e duradouras do que a de estruturas administrativas são levadas a cabo pelos bolcheviques, as quais lançaram as bases para os Estados-nação que iriam emergir na região após o fim da União Soviética.

3.3

As Bases do Estado Soberano Centro-Asiático São Lançadas: da Revolução de Outubro e a Criação da URSS ao Fim da União Soviética

O fim do império russo e a posterior criação da União Soviética marcam mudanças profundas na estrutura do Estado, fundamentalmente tradicional, criado a partir da expansão da Moscóvia no século XVI. Os princípios de legitimação do novo Estado soviético eram bastante distintos daqueles que subjaziam ao império russo, e também o foi a expansão e consolidação burocrática do novo Estado em relação ao seu antecessor. Todavia, uma grande continuidade da URSS em relação ao império foi que ela também consistiu, fundamentalmente, de um enorme

Estado multiétnico dominado pelos russos, um Estado que foi, por outro lado, bastante mais integrado e vigilante de sua população do que o seu antecessor, o qual, às portas do século XX, ainda consistia de um Estado amplamente similar aos Estados absolutistas dos séculos XV a XVIII e que havia apenas recentemente (1861) abolido a servidão (Plamenatz, 1954, p. 192).

A Revolução Socialista de outubro de 1917 encontrou fortes resistências internacionais e também internas à Rússia, as quais produziram uma guerra civil que duraria aproximadamente até 1922, quando, em dezembro, o Estado soviético foi oficialmente criado. Durante o período em questão, resistências emergiram e se mantiveram, por algum tempo, na Ásia Central uma vez que o governo revolucionário de Moscou teve que concentrar esforços no centro na tentativa de consolidar o seu domínio. Ao fim desse período, para o qual voltaremos nossas atenções nesse momento, o *status* político-administrativo da região centro-asiática é decidido e implementado através da política soviética de nacionalidades.

3.3.1

Da Revolução de Outubro às Demarcações Nacionais das Repúblicas Centro-Asiáticas

O enfraquecimento do Estado russo causado pela participação na Primeira Guerra Mundial permitiu o avanço dos bolcheviques e de suas causas em meio à população russa e também em meio à população nativa da Ásia Central, a qual compunha, como já afirmamos, um conjunto de súditos de segunda classe (os *inorodtsy*) no império. Como súditos de segunda classe, os nativos não eram obrigados a prestar serviço militar, situação transformada por um decreto de 1916 que obrigava os muçulmanos centro-asiáticos a trabalhar atrás das linhas de frente construindo trincheiras, o que produziu reações violentas e levantes nas duas províncias (governadorias) regionais (Soucek, 2000, p. 209). As insurreições foram duramente combatidas pelo governo russo e, quando a situação parecia controlada, transformações no centro do império produziram mudanças importantes na região. Em fevereiro de 1917, Kerensky assumiu o governo provisório russo, o qual ofereceu aos centro-asiáticos algumas novas liberdades, como o direito de formação livre de associações, publicação livre de jornais e manifestação de suas demandas (Ibid, p. 209-10).

Dentro desse novo contexto, o primeiro congresso de Muçulmanos Turquestãos foi realizado em Tashkent entre 4 e 8 de abril, criando o Conselho Central de Muçulmanos Turquestãos, cujos objetivos, aprovados em resolução, eram os seguintes:

“(i) representar os interesses dos Turquestãos diante das autoridades Revolucionárias; (ii) preparar o terreno para a autonomia do Turquestão; (iii) defender os direitos religiosos (as cortes da sharia), uma administração central para assuntos religiosos; (iv) resolver o problema da posse da terra; (v) fazer avançar o desenvolvimento cultural do Turquestão; (vi) examinar todas as leis que afetem os muçulmanos do Turquestão” (Ibid, p. 210).

Brevemente, o Conselho Central se dividiu em duas organizações, uma conservadora e uma reformista. Todavia, em outubro de 1917, a segunda revolução russa, a bolchevique, ocorreu, trazendo consigo amplas promessas de autodeterminação e liberação dos povos subjogados pelo império czarista divulgadas em documentos oficiais (proclamações) do Conselho de Comissários do Povo. Uma delas foi dirigida especificamente a todos os trabalhadores muçulmanos da Rússia e do oriente, da qual vale citar alguns trechos:

“Muçulmanos da Rússia, Tártaros do Volga e da Criméia, Quirguizes e Sarts da Sibéria e do Turquestão, Turcos e Tártaros da Transcaucásia, Chechenos e habitantes das montanhas do Cáucaso, todos vocês cujas mesquitas e locais de louvor foram destruídos, cujas crenças e costumes foram pisoteados pelos czares e opressores da Rússia! *De agora em diante, suas crenças e costumes, suas instituições nacionais e culturais são declaradas livres e invioláveis. Organizem suas vidas nacionais livremente e sem obstáculos. Este é o seu direito.* Saiba que os seus direitos, assim como os direitos de todos os povos da Rússia, estão protegidos pelo poder da Revolução e por seus órgãos, os Conselhos de Deputados dos Trabalhadores, Soldados e Camponeses. Apóiem, então, essa Revolução e seu órgão executivo, o Governo! ... Muçulmanos de toda a Rússia! Muçulmanos do Oriente! Nós esperamos a sua solidariedade e o seu apoio nesse caminho em direção ao renascimento do mundo!

Assinado: V. Ulyanov (Lênin), Presidente do Conselho de Comissários; J. Djugashvili (Stalin), Comissário para Assuntos de Nacionalidade” (Ibid, p. 211, ênfase acrescentada).

Brevemente após os eventos em Petrogrado, o Terceiro Congresso Regional de Sovietes proclamou, em Tashkent, em 15 de novembro de 1917, a autoridade do novo regime sobre a Ásia Central. Tal autoridade seria localmente manifesta através do Conselho Turquestão dos Comissários do Povo, cuja abreviação era *Turksovnarkom (Turkestanskiy Sovet Narodnykh Komissarov)* (Ibid, p. 211-2).

O Terceiro Congresso de Muçulmanos da Ásia Central, concomitantemente, se reunia em Tashkent, e enviou ao Turksovnarkom uma proposta de que uma coalizão governamental russo-turquestã fosse formada, proposta que foi rejeitada pelo então presidente do Conselho de Comissários, Solekov, o qual argumentou que a presença de muçulmanos ainda não seria permitida devido ao fato de que suas lealdades ainda não estavam asseguradas e de que eles, os muçulmanos, ainda não possuíam organizações proletárias organizadas (Ibid, p. 212).

Conforme salienta Soucek, é flagrante a contradição entre essa declaração de Tashkent e a proclamação de Petrogrado, a qual foi apresentada alguns dias após a primeira. É também flagrante o fato de que a declaração de Petrogrado foi endereçada a todos os *trabalhadores* muçulmanos, o que permitiria justificar a exclusão da elite local (“burguesa”) muçulmana das estruturas regionais de governo, e também endereçada a *todos* os muçulmanos da Rússia e do *oriente*, o que revelava que a região era concebida como uma ponte que permitiria a expansão da revolução para todo o leste (Ibid, p. 212-3).

É notório o fato de que foi o espírito da declaração de Tashkent que veio a nortear as relações entre o governo soviético central russo e os nativos, os quais apenas ascendiam nas estruturas do Estado soviético caso demonstrassem lealdade firme a Moscou. Sob Stalin, que de Comissário para Assuntos de Nacionalidade ascendeu ao posto de homem todo-poderoso da URSS, a questão das nacionalidades não-russas receberia constante atenção (ibid, p. 213) e, finalmente, resolução através do processo de demarcação nacional implementado em meados da década de 20. Até que isso ocorresse, outras experiências de organização administrativa foram tentadas na Ásia Central.

A primeira foi o chamado “experimento de Khoqand”, onde, em dezembro de 1917, após a recusa de Kolesov de aceitar a integração de muçulmanos ao Turksovnarkom, reuniu-se o quarto congresso de líderes muçulmanos. O congresso incorporou, além de muçulmanos, não muçulmanos opositores dos bolcheviques. Khoqand se encontrava, então, além do alcance político e militar dos revolucionários de Tashkent. O congresso elegeu um parlamento – presidido por Shir Ali Lapin – que nomeou um comitê de dez membros que funcionaria como um governo provisório da mesma região reclamada pelos soviéticos de Tashkent (Ibid, p. 214). Em resolução oficial, o congresso declarou:

“O Quarto Congresso Extraordinário, expressando a desejo dos povos do Turquestão pela autodeterminação, de acordo com os princípios proclamados pela Grande Revolução Russa, declara o Turquestão como território autônomo em união com a República Democrática Federal da Rússia...” (Ibid).

A disputa entre os soviéticos, majoritariamente russos, de Tashkent e os muçulmanos de Khoqand, então, se acirrou. Após buscarem uma intervenção moscovita no assunto, a qual foi obviamente negada – dada a incipiente guerra civil no centro e o alinhamento de Tashkent com Moscou – em fevereiro de 1918 Khoqand foi invadida por um contingente militar pequeno de Tashkent, o que resultou na prisão dos congressistas que ainda não haviam fugido e no estabelecimento do domínio soviético sobre Fergana (Ibid, p. 214-5).

A segunda experiência foi a cazaque, na qual os nativos igualmente buscaram o estabelecimento de um governo local reconhecido por Moscou. Liderados por um movimento ou partido nacional denominado de Alash Orda – sendo “Alash” um grito de guerra dos nômades cazaques – cujos recursos militares e administrativos eram muito restritos, aos cazaques foi imposta uma resolução oriunda de Moscou: em agosto de 1920, Lênin e Kalinin assinaram o decreto que criava a República Autônoma Soviética Socialista Quirguiz (denominação de então para “cazaque”, conforme já indicamos acima), a qual foi implementada em outubro após a Convenção Fundadora dos Sovietes Cazaques (Ibid, p. 216).

No mesmo período, no território da defunta governadoria-geral do Turquestão, e após a derrota do único movimento de resistência na região, baseado em Khoqand, os soviéticos de Tashkent passaram a governar sem maiores oposições. Mas a partir do quinto congresso dos soviets do Turquestão, a integração de nativos ideologicamente solidários cresceu, especialmente devido à pressão oriunda de Moscou contra o alijamento total dos nativos dos órgãos revolucionários, especialmente após o inverno rigoroso e a fome de 1918-9, a qual ceifou a vida de aproximadamente dois milhões de centro-asiáticos. Nessa questão, uma disputa entre o governo local e Moscou, que demandava – por razões políticas – um tratamento mais adequado dos nativos, se desenvolveu e marcou, juntamente com outras tensões e problemas, a existência da República Autônoma Soviética Socialista do Turquestão (RASST), criada em 30 de abril de 1918 pelo quinto congresso de soviets (Ibid, p. 217-8).

A decisão da criação da RASST adveio de instruções trazidas de Moscou por Kobozev, que se tornou presidente de seu Comitê Executivo Central. A partir de 1919, Moscou passou a exercer um controle maior sobre o Turquestão, enviando uma comissão especial cuja função era supervisionar o Comissariado local. Em abril daquele ano, sob a liderança de Kobozev, criou-se o braço muçulmano do partido comunista local, o chamado bureau muçulmano, a partir do que o número de membros começou a crescer rapidamente. Dentre os novos membros, encontrava-se o jovem líder Turar Ryskulov (Ibid, p. 218, Carlisle, 1994, p. 105).

Ryskulov, de família cazaque e nascido na fronteira com o atual Quirguistão, veio a liderar o bureau muçulmano em seus esforços por expandir o apoio local e o recrutamento de nativos para o partido e isolar o movimento rebelde Basmachi, um tipo de grupo guerrilheiro nativo que se opunha ao controle bolchevique. Muitos russos que se opunham à presença de nativos nas estruturas governamentais locais foram deportados do Turquestão, o que marcou um breve período em que as demandas e os projetos de líderes nativos encontraram algum apoio em Moscou. Todavia, brevemente o poder central em Moscou se voltaria contra os líderes que ele viria a chamar de comunistas nacionais (Carlisle, ibid, p. 106, Soucek, 2000, p. 218).

Boa parte dos líderes nativos ingressos no partido era composta de reformistas descendentes do movimento jadid que buscava a liberação do Turquestão da tirania dos dinastas locais e sua modernização, o incremento da justiça social etc. Esses líderes locais, liderados por Ryskulov, vieram a construir planos relativos à consolidação do *status* autônomo e independente do Turquestão, particularmente em 1919, quando Moscou estava considerando a questão do *status* da região centro-asiática dentro do Estado soviético (Soucek, ibid, p. 219). Ryskulov, em particular, defendia as idéias de que o partido comunista local deveria se converter no partido comunista do Turquestão ou partido comunista túrquico, de que a periferia deveria exercer controle sobre si mesma (ser praticamente independente de Moscou), de que um exército muçulmano fosse criado e de que houvesse uma resolução da questão das terras em favor dos nativos (Carlisle, 1994, p. 106-07).

À época, os próprios russos estavam indecisos sobre o formato que as regiões muçulmanas deveriam assumir dentro do Estado soviético, e se elas

deveriam, particularmente na Ásia Central, permanecer como uma grande unidade administrativa turquestã ou ser divididas em unidades menores. Em julho de 1919, o bashkir Zeki Vedili – que reclamava representar as opiniões de todo o Turquestão – reuniu-se com Lênin e, nessa ocasião, apresentou planos próprios para a resolução da questão do *status* da região (Soucek, 2000, p. 219, Sengupta, 2003, p. 39). Reporta-se que Lênin gostou e incorporou a maioria das propostas de Vedili, sendo algumas das exceções a rejeição do exército local, o que implicava a manutenção do exército vermelho russo na região, e a aceitação de uma maioria aos muçulmanos na Comissão do Turquestão. As instruções foram recebidas por Tashkent em julho mesmo, as quais causaram consternação entre os bolcheviques locais (Soucek, *ibid*).

Líderes locais, como Ryskulov, se opunham à idéia de divisão do Turquestão em unidades etnonacionais menores, posição que foi inicialmente respeitada e confirmada pelo Quinto Congresso Regional do Partido Comunista, cuja resolução, adotada em 17 de janeiro de 1920, dizia o seguinte:

“No interesse da união internacional dos trabalhadores e povos oprimidos, seja resolvido que nós deveremos nos opor, por meio de agitação comunista, à busca de nacionais túrquicos de se dividirem em vários grupos nacionais tais como Tártaros, Quirguizes, Cazaques, Bashkires, Uzbeques e outros, e de estabelecerem pequenas repúblicas separadas. Ao invés disso, com vistas a forjar a solidariedade de todos os povos túrquicos, os quais, até o momento, não foram incluídos dentro da RSFSR (República Soviética Federativa Socialista Russa), propõe-se unificar todos eles dentro de uma República Soviética Túrquica e, onde quer que não seja possível realizá-lo, propõe-se unir diferentes nacionalidades túrquicas de acordo com sua proximidade territorial” (*Ibid*, p. 220).

Essa resolução do partido local, que ecoava a posição do grupo liderado por Ryskulov, teria amplas conseqüências e engendraria uma dura resposta por parte de Moscou. Além das propostas de Ryskulov já mencionadas, o seu grupo propunha a renomeação da RASST para República Túrquica, do Partido Comunista do Turquestão para Partido Comunista dos Povos Túrquicos, além da dissolução da Comissão do Turquestão, a qual, eles argumentavam, violava a autonomia turquestã. Em maio de 1920, o Comitê Central do Partido Comunista russo enviou diretrizes indicando o teor das futuras relações entre centro e periferia, rejeitando qualquer possibilidade real de autonomia ou renomeação do Turquestão. Frunze, outro membro da Comissão do Turquestão, que havia há pouco chegado vitorioso de uma campanha militar a oeste, removeu, então, em

julho, Ryskulov e seus companheiros de seus cargos (Carlisle, 1994, p. 107, Soucek, *ibid*, p. 220). A partir de então, o controle russo do Turquestão, que existiria até 1924, foi estabelecido.

Havia, ainda, todavia, duas estruturas políticas na região remanescentes do período ainda anterior à conquista russa, quais sejam, os protetorados estabelecidos sobre pequenas porções dos antigos khanato de Khiva e emirado de Bucara. O khan de Khiva, na Chorasnia, e o emir de Bucara haviam sido capazes de se manter sob o jugo dos russos após a conquista e incorporação de seus territórios ao império, territórios que foram anexados, conforme já discutimos, às províncias russas, à exceção das porções que permaneceram, como protetorados, sob o controle direto e autocrático dos líderes que ainda ostentavam títulos de antanho. Soucek (*ibid*, p. 221) argumenta que os súditos do khanato e do emirado viviam o pior de dois mundos: eles eram ao mesmo tempo vassalos dos conquistadores russos, mas, ao mesmo tempo, privados dos benefícios do colonialismo russo por serem súditos de “autocratas semimedievais”.

Os reformistas e jadids, já mencionados, buscavam, sob o império, a moderação do despotismo e a modernização dessas duas monarquias, e não, pelo menos inicialmente, a sua destituição. Quando da ascensão dos bolcheviques e a queda do império no centro, os súditos das duas monarquias se voltaram para os revolucionários em busca de ajuda na luta contra os seus soberanos, que a essa altura se percebiam livres da suserania do czar para agir como bem entendessem. Em março de 1920, os russos empreenderam a primeira, e malfadada, expedição contra o emir de Bucara, tendo a segunda, que ocorreu em setembro e foi mais bem preparada, prevalecido. Em outubro, após a fuga do emir, a República Popular Soviética de Bucara foi fundada, tendo os famosos Fayzulla Khojaev como primeiro-ministro e Abdarrauf Fitrat como chanceler (*Ibid*, p. 222).

Paralelamente, um processo similar levou ao estabelecimento da República Popular Soviética de Chozm (Khorezm), nome antigo da região em que se localizava a cidade de Khiva. Com os processos de resolução do *status* político-administrativo da região centro-asiática dentro da União Soviética através de demarcações nacionais, essas duas repúblicas desapareceram para serem incorporadas às recém-criadas repúblicas nacionais do Uzbequistão, do Turcomenistão e do Cazaquistão.

3.3.2

Das Demarcações Nacionais Como Processos de Construção Nacional à Era Gorbatchev

Conforme salienta Richard Sakwa (1999, p. 140), a questão constitucional mais problemática que se colocava perante os bolcheviques era a da estrutura do Estado multinacional. Apesar de ter oposto uma resolução federativa para o problema, Lênin se viu levado a aceitar que algumas concessões deveriam ser feitas em termos das aspirações pela soberania, particularmente daqueles Estados como Ucrânia, Armênia e Geórgia, os quais já haviam experimentado um certo período de independência. Stalin, então Comissário para Assuntos de Nacionalidade, propôs o plano de autonomização, que envolvia a adesão de Bielorrússia, Ucrânia, Armênia, Azerbaijão e Geórgia como unidades autônomas dentro da República Soviética Federativa Socialista Russa (RSFSR) em agosto-setembro de 1922. Lênin, já doente e debilitado nessa época, afirmara, em carta endereçada a Kamenev (ibid, p. 141), que Stalin havia concordado em fazer algumas concessões, dentre as quais estava alterar o termo “adesão” por “união” dentro da estrutura de uma União das Repúblicas Soviéticas da Europa e da Ásia. Lênin salientava a importância de “não destruir a independência deles, mas estabelecer um novo nível, a Federação de Repúblicas com direitos iguais”.

Em outubro do mesmo ano, Stalin submeteu um projeto revisado ao Comitê Central que incorporara as emendas sugeridas por Lênin, vindo a se tornar a base do acordo final sobre a União. Em 30 de dezembro de 1922, o tratado de união foi assinado entre as quatro repúblicas fundadoras, quais sejam, a RSFSR, a Ucrânia, a Bielorrússia e a Federação Transcaucasiana, retendo, cada qual, o direito (formal, obviamente) de secessão da União. Um novo Comitê Executivo Central, além de outros órgãos estatais e governamentais, seriam criados, permanecendo o partido, diferentemente da União, unitário. Em janeiro de 1924, a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi adotada (Ibid, p. 141-3).

Paralelamente a esse processo, propostas de resolução do *status* da Ásia Central no Estado soviético eram consideradas. Já em julho de 1920, a Comissão do Turquestão foi instruída para combater o que chamaram de pan-islamismo e de pan-turquismo e preparar um mapa da composição étnica da região de maneira a fornecer subsídios para que uma decisão em prol de uma fusão ou demarcação das unidades administrativas regionais fosse tomada. Após permanecerem dormentes

por algum tempo, os planos de resolução da questão vieram à tona quando o Comitê Central do Partido Comunista russo decidiu, em 31 de janeiro de 1924, logo após a morte de Lênin, implementar a decisão pela delimitação nacional (*natsionalnoe razmezhevanie*). Instruções foram recebidas e aprovadas pelos Comitês Centrais dos partidos comunistas da República Socialista Soviética do Turquestão (RSST) e das Repúblicas Populares de Bucara e de Khorezm (Soucek, 2000, p. 223-4). Em 11 de maio de 1924, o Bureau Centro-Asiático do Partido Comunista decidiu:

“(1) que uma República Socialista Soviética Uzbeque e uma República Socialista Soviética Turcomena sejam formadas; (2) que uma Região Autônoma (*oblast*) Tadjique seja formada; ela adentraria a estrutura da RSS Uzbeque; (3) que uma Região Autônoma Kara-Quirguiz (i.e., Quirguiz na terminologia presente) seja formada, com a questão postergada relativa à qual estrutura ela adentraria; e (4) que aqueles Quirguizes (i.e. Cazaques na terminologia presente) que habitam o território da RSST adentrem a estrutura da já formada RSS Autônoma Quirguiz (isto é, Cazaque)” (Ibid, p. 224).

O projeto foi aceito pelo Comitê Central do Partido Comunista russo em 12 de junho de 1924, passando a questão relevante a ser a sua implementação. As duas comissões criadas para realizar os estudos que serviriam de base para o processo de delimitação, quais sejam, a Comissão Territorial Central e a Comissão sobre Delimitação Nacional, encontraram desafios enormes na realização dos

“levantamentos etnolingüísticos, da distribuição dos ativos econômicos e financeiros, do combate ao emergente nacionalismo regional (e.g. cazaque versus uzbeque: Tashkent era uma cidade uzbeque, enquanto a sua zona rural era cazaque), tudo dentro do período incrivelmente curto de três meses” (Ibid).

O relatório contendo a versão final do projeto foi submetido ao Politburo pelo presidente do Bureau Centro-Asiático, I. A. Zelenskiy, o qual foi aprovado e submetido ao Comitê Executivo Central dos Sovietes de Toda a Rússia. Algumas modificações menores foram introduzidas, como a decisão de que a Região Autônoma Kara-Quirguiz adentraria a estrutura da RSFSR. Em 26 de outubro de 1924, o Comitê Central do Partido Comunista russo aprovou as modificações finais em reunião plenária, a partir do que as cinco repúblicas da Ásia Central, duas das quais em sua forma definitiva, surgiram (Ibid).

A República Socialista Soviética Uzbeque, a essa altura, incorporou duas repúblicas autônomas, a Karakalpak e a Tadjique, a qual, em 1929, viria a ascender ao *status* de República da União ou República Nacional. Efetivamente, a república uzbeque era um Estado federado como a RSRSR, a qual, por ser a *prima inter pares*, foi a única a receber o epíteto de república *federativa* (Ibid, p. 227). Donald Carlisle considera que o já mencionado Faizulla Khojaev, que de presidente do Conselho dos Comissários do Povo (*Sovnarkom*) da República Popular de Bucara – de 1920 a 1924 – tornou-se presidente do Conselho na República uzbeque – posto que ocupou até 1937, foi fundamental na construção dos contornos político-administrativo-geográficos do Uzbequistão, a ponto de considerá-lo o *founding father* uzbeque (Carlisle, 1994, p. 111).

Como líder dos jovens de Bucara e aliado dos soviéticos, Khojaev teria participado ou influenciado o processo de tracejo dos contornos da futura república uzbeque, a qual, segundo argumenta Carlisle (ibid), era nada mais do que a Grande Bucara (*Greater Bukhara* ou *Bukhara writ large*), uma vez que, com o fim do Turquestão e de Khiva, as áreas de Samarcanda, de Tashkent, a maior parte do rico vale do Fergana e da antiga Chorasmia foram fundidas para constituir uma nova entidade, algo que se torna visualmente notório ao contemplarmos os mapas das páginas 112 e 113 contidos no capítulo redigido pelo autor (em Manz, 1994). É nesse sentido que ele afirma que Khojaev havia atingido os objetivos inalcançados dos antigos emires de Bucara de absorver territórios dos khanatos de Khoqand e Khiva (Carlisle, ibid).

Carlisle (p. 115) nota o importante fato de que a designação uzbeque dificilmente seria adequada para descrever “os diversos e distantes habitantes das províncias de Fergana, Zarafshan, partes de Bucara, Khiva, Syr Darya e Kashka Darya”. Ao mesmo tempo, considera-se que a República Uzbeque foi a mais forte a emergir dos processos de delimitação nacional por ter incorporado as importantes províncias já mencionadas (Ibid, p. 119).

Talvez para limitar a força da nova república, para resolver problemas levantados pelas lideranças tadjiques – que reclamavam do chauvinismo uzbeque perante as autoridades centrais – e para complicar ainda mais os prospectos de um movimento pan-turquico na região a partir da introdução de uma entidade persa, em 1929 a república autônoma tadjique adquiriu o *status* de República da União, tendo a capital da República Uzbeque sido transferida de Samarcanda, na região

oeste e central do país, para Tashkent, na região nordeste, próximo a Fergana (Ibid, p. 120). Os processos de demarcação territorial na Ásia Central seriam completados em 1936 quando o Cazaquistão e o Quirguistão foram igualmente alçados ao *status* de Repúblicas Nacionais, sendo que em 1937 o parlamento de cada uma das repúblicas adotou uma constituição, a qual apenas seria substituída pela última constituição soviética de 1978 (Soucek, 2000, p. 226).

Com a implementação dos processos de demarcação territorial completa, a empresa colonial dos bolcheviques foi capaz de levar a cabo as políticas de russificação das populações centro-asiáticas. Conforme argumenta Olivier Roy (2000, p. 51-2), houve continuidades marcantes entre as políticas czaristas e as soviéticas no tocante à manutenção e à integração da Ásia Central ao império multiétnico dominado pelos russos. Essas continuidades se deram em três principais eixos: uma abordagem tríplice praticamente idêntica em relação ao Islã, o uso da dita “carta étnica” de modo a enfatizar as divisões entre os povos da região e combater quaisquer movimentos pan-islâmicos e, por fim, a criação de novas entidades administrativas.

A atitude em relação ao Islã envolvia três estratégias básicas, quais sejam, a eventual repressão, a tentativa de instrumentalizar mullahs progressistas e, finalmente, o caminho intermediário que implicava a organização do mundo islâmico através de um clero conservador e “funcionarizado”, isto é, hierarquizado em uma burocracia oficial (Ibid, p. 52). Tanto no período imperial quando no soviético, essas três estratégias foram empregadas. Se as conquistas de Ivan IV, o Terrível, podem ser concebidas como uma cruzada ou guerra de reconquista contra os muçulmanos herdeiros da Horda Dourada – ele acreditava que o islamismo deveria ser abolido daquelas regiões, Catarina I, conforme já argumentamos, desenvolveu uma política de cooptar os tártaros, particularmente os de Kazan, já integrados ao império na tentativa de usá-los para promover uma expansão ou sedimentação controlada de um Islã simpático aos russos.

Sob Catarina II, a decisão foi tomada de estabelecimento do princípio do *muftiyya*, inicialmente sediado em Orenburg e posteriormente em Ufa, princípio esse que seria reimplementado por Stalin no início da década de 40 (Ibid, p. 53). Os *muftis* eram clérigos islâmicos que, inicialmente, presidiam a prática do islamismo em todo o império, isto é, eles eram os representantes hierarquicamente mais elevados da religião dentro do império. Eles eram, assim, ocupantes de um

cargo ou posto oficial imperial. Esse é o processo de “funcionarização” ao qual Roy se referiu. A partir do reinado de Nicolas I, o número de muftiyyas foi multiplicado de forma se adaptar à criação de várias unidades administrativas em que as regiões colonizadas foram organizadas.

Os soviéticos, de sua parte, também utilizaram essas estratégias. Inicialmente, particularmente entre 1921 e 1927, os bolcheviques, já sob a liderança de Stalin, tentaram promover os “mullahs vermelhos”, simpáticos ao socialismo, na tentativa de cooptação de nativos para os quadros do partido e para a resistência contra o movimento rebelde Basmachi (Ibid, p. 52). Nas décadas de 20 e 30, muçulmanos freqüentemente estavam entre os perseguidos pelo regime, que empreendeu uma política de aterrorizar e eliminar seus possíveis oponentes. A constituição soviética não se pronunciou sobre religião, ao passo que o Estado soviético promovia a sua: o “ateísmo científico” e o Comunismo (Soucek, 2000, p. 229).

Nesse período, o Estado se esforçou para erradicar o Islã e as práticas islâmicas das sociedades nativas agora integradas ao Estado soviético, cujo objetivo era uma transformação profunda do tecido social e a criação de um novo homem, o *homo sovieticus* (*sovetskiy chelovek*) (Ibid, p. 232). A censura e a perseguição implacável de dissidentes complementam e revelam a marca particular do sistema soviético, qual seja, sua preocupação e busca da transformação da totalidade do sistema social (Roy, 2000, p. 61), algo que o diferencia dos sistemas coloniais implantados na América Latina e África, por exemplo⁷⁸. Uma contradição em termos da idéia de *homo sovieticus*, que seria a base sobre a qual o Estado socialista se ergueria, é justamente a expectativa de que as sensibilidades socialistas do cidadão soviético, inculcadas – em grande medida – pelo Estado, produziriam uma fusão cujo resultado seria o amálgama de tal sociedade, isto é, o *internacionalismo*. Uma compreensão equivocada da política,

⁷⁸ Anatoly M. Khazanov, antropólogo e cientista político russo radicado nos Estados Unidos, entende que “a União Soviética era um império totalitário governado por um partido político e a elite governante desse partido tinha o monopólio completo... não só da ideologia e dos poderes legislativo, executivo, judicial e punitivo, mas de todos os tipos de recursos econômicos também” (Khazanov, 1995, p. 4). Olivier Roy (2000, p. 74) enfatiza o caráter peculiar da empresa colonial soviética, cujo “desejo de implementar uma engenharia social, fabricar não só uma identidade nacional, mas também uma nova sociedade, era outra característica específica. Através da coletivização, dos expurgos e da imposição de um modelo ideológico, uma tentativa foi feita para redefinir a sociedade. *A idéia de nação foi criada sobretudo por um conjunto de medidas administrativas que tiveram o efeito de criar uma realidade*” (ênfase acrescentada).

do Estado, do nacionalismo, além do fato de que se buscava, então, atacar as possibilidades de emergência de movimentos pan-islâmicos e pan-túrcicos, levaram os soviéticos a decidir pela implementação de sua política de nacionalidades, a qual, conforme salientam vários autores, lançou as sementes do futuro esboroamento da União Soviética (Soucek, 2000, p. 238, Roy, *ibid*, p. 52, Sakwa, 1999, p. 302, Khazanov, 1995, cap. 1).

Dado o profundo enraizamento da cultura islâmica nas sociedades centro-asiáticas, os esforços direcionados à sua erradicação não foram, em última instância, bem-sucedidos. Os esforços conjuntos do governo soviético e das autoridades religiosas no período da Segunda Guerra Mundial produziram um acordo entre as partes que culminou com a criação dos quatro Diretórios (muftiyyas) Espirituais muçulmanos da União Soviética – os quais correspondiam a uma estrutura islâmica oficial –, a qual foi acompanhada pela instalação de um pequeno número de mesquitas e madrassas autorizadas e gerenciadas por um clero reduzido (Sengupta, 2003, p. 193). Esses diretórios foram criados em 1941 (Soucek, 2000, p. 230) e tinham jurisdições territoriais. Eles eram: (i) o Diretório dos Muçulmanos Sunitas da Rússia Européia e da Sibéria, com sede em Ufa, na Bashkiria; (ii) o Diretório dos Muçulmanos Sunitas da Ásia Central e Cazaquistão, com sede em Tashkent, no Uzbequistão, e considerado o mais importante diretório, cuja língua oficial era o uzbeque; (iii) o Diretório dos Muçulmanos Sunitas do Cáucaso Setentrional e Daguestão, com sede em Buynaksk, no Daguestão; e (iv) o Diretório dos Muçulmanos Sunitas e Xiitas da Transcaucásia, com sede em Baku, que era um diretório misto (Sengupta, 2003, p. 193).

A criação dessa estrutura oficial religiosa islâmica ligada ao governo soviético permitiu a emergência de uma clivagem clerical e doutrinária entre o que especialistas denominam de Islã oficial e o Islã paralelo (Bennigsen e Wimbush, 1985, p. 1, Soucek, 2000, p. 246, Sengupta, *ibid*, p. 195). O Islã paralelo se refere às instituições e práticas clandestinas do Islã, isto é, aquelas que se encontram fora do controle estatal. Para Bennigsen e Wimbush, o Islã paralelo é eminentemente sufista (*Ibid*). Seus praticantes se vinculam a mesquitas clandestinas e a ordens (tariqas) sufistas, as quais têm existido na Ásia Central há pelo menos sete séculos.

A relação entre clérigos da estrutura oficial soviética e demais autoridades e praticantes foi complexa. Dentro da estrutura oficial havia tanto muçulmanos devotos quanto muçulmanos politicamente realistas e meros agentes soviéticos. Se, por um lado, as autoridades islâmicas oficiais tinham um interesse na contenção da expansão do Islã popular e contraventor pelo Estado soviético, eles também tinham consciência que a URSS era ideologicamente hostil a qualquer religião e que o período soviético encontraria, em algum momento, seu ocaso. Além disso, boa parte das autoridades oficiais tinha vínculos com o Islã sufista: o mufti da Ásia Central e do Cazaquistão no período pós-Guerra (1943-57), o ishan Babakhan ibn Abdul Mejid Khan, era um murshid Naqshbandi, como foi o seu filho e sucessor, Ziautdin Babakhanov, que foi mufti de 1957 a 1982. Tais ligações preveniam, geralmente, ataques diretos entre os clérigos oficiais e os sufistas. Contudo, por vezes, algumas contendas emergiam, dentre as quais se destacou o problema das peregrinações a lugares sagrados, particularmente aos mausoléus de santos sufistas, em geral os fundadores das tariqas da região (Bennigsen e Wimbush, *ibid*, p. 40-5).

Uma característica particular do Islã é que ele não tem uma concepção ortodoxa correspondente à cristã católica de santo, sendo que a veneração de homens (santos) é considerada idolatria dentro do cânone muçulmano. Conforme nos relata Soucek (2000, p. 38),

“O fato que tal veneração ocorria e proliferava apenas confirma os imperativos supramencionados da natureza humana, e todo o Islã ortodoxo não pôde impedir o fenômeno de ser reconhecido no nível formal e lexical. Não havia processo de canonização, mas os santos muçulmanos eram considerados – ou pelo menos assim acreditavam as massas – realizadores de *karamat*, um conceito que se encontra no meio do caminho entre milagre e uma benção concedida por Deus; e na ausência de uma contraparte canônica ao santo cristão, havia palavras como *wali* (árabe para *wali Allah*, ‘aquele que está próximo de Deus’), *khwaja*, *ishon*, *baba*, *ata* ou *awliya* (plural de *wali* geralmente usado nas línguas túrquicas como um singular), as quais assumiam aquela função. Em suas vidas, esses santos geralmente desempenharam papéis catalíticos na expansão e afirmação do Islã em todas as direções; esses papéis adquiriram uma nova e especial licença de vida após as mortes dos santos, quando suas tumbas se tornaram santuários ou mazars”.

Em 1958, o mufti da Ásia Central e do Cazaquistão, Ziautdin Babakhanov, publicou um *fatwa* (édito) que condenava peregrinações ao “Trono de Suleyman” na vizinhança de Osh, e em 1959 publicou outro que condenava a prática de peregrinação a lugares sagrados em geral (Bennigsen e Wimbush, 1985, p. 41).

Essa foi uma das grandes controvérsias e contendias geradas entre as autoridades oficiais e os praticantes do Islã popular (Sengupta, 2003, p. 196). O culto de santos e a peregrinação às suas tumbas são, portanto, um aspecto muito importante das práticas populares islâmicas da Ásia Central, as quais estão ligadas mais profundamente ao sufismo, o qual não é “uma aberração fanática militante” como alguns analistas (como Bennigsen e Wimbush, por vezes) dão a entender (Sengupta, *ibid*, p. 195).

Assim como a suposta clivagem entre Islã paralelo e oficial foi um produto da política oficial soviética para a religião e os muçulmanos, a política para as nacionalidades produziu, efetivamente, a seu turno, uma uniformização lingüística que, combinada à experiência histórica dentro das unidades administrativas específicas (as repúblicas nacionais), lançaria as bases para a emergência de movimentos e consciências nacionais no fim do período soviético e no pós-Guerra Fria em particular.

A política soviética de nacionalidades teve como base os trabalhos e as concepções “científicas” de lingüistas e etnógrafos russos, os quais foram herdeiros de concepções anteriores surgidas no império. A concepção de etnia ou povo (*narod*) dos soviéticos advinha, conforme relata Roy (2000, p. 62-3), de um cruzamento entre a idéia de *Volk* oriunda do Romantismo alemão e a concepções de evolução e teleologia sócio-econômica retiradas do marxismo: “de uma tribo (*plemya*), o estágio da comunidade primitiva, ao estágio capitalista, aquela da nação (*natsya*), que é definida por um mercado e, portanto, um território. Há um elemento invariante que se mantém através da história”. Nesse sentido, “o evolucionismo se combina com o essencialismo”. Para Lênin, um dos articuladores da idéia socialista de nação, o elemento fundamental da consciência nacional é a língua comum (Sengupta, 2003, p. 141, Roy, *ibid*, p. 75). Para Stalin, a existência de uma língua nacional era o resultado da maturação social-territorial e econômica de uma população, ou seja, ela surgia a partir do alcance de certo estágio dentro do capitalismo (Sengupta, *ibid*, p. 142).

O elemento crucial da política de nacionalidades, portanto, era a política lingüística soviética, a qual produziu, como resultado, seis línguas literárias diferenciadas (uzbeque, cazaque, quirguiz, turcomeno, tadjique, karakalpak) em sociedades que, previamente, “usaram o Túrquico Chagatay e o Farsi (persa) para a expressão escrita” (Soucek, 2000, p. 230). O objetivo anunciado dessa política

era “permitir a cada ‘nacionalidade’ usar a sua língua falada e criar, a partir dela, uma língua escrita” (Roy, 2000, p. 75). Isso implicava, a seu turno, fixar as diferenças entre os dialetos das populações da região, tarefa que se provou árdua, de forma a forçar a sua diferenciação formal. Como exemplo da engenharia lingüística soviética, Roy (ibid) cita o exemplo da separação produzida entre o persa e o “tadjique”:

“ao invés de assumir como língua padrão um dos dialetos tadjiques existentes, uma língua artificial foi fabricada combinando-se características de diferentes regiões: eles mantiveram o sistema fonológico do persa antigo, mas adotaram variações gramaticais que aumentaram as diferenças com o Irã”.

No caso do uzbeque, manipulações similares ocorreram. Inicialmente, um dialeto, considerado mais puro, do uzbeque – e próximo ao túrquico kipchak (dos cazaques e tártaros do volga) – foi selecionado como padrão, mas em 1929 a decisão foi revertida e o dialeto local de Tashkent, uma forma de túrquico chagatay mais “iranizada” e que havia perdido a harmonia vocálica (o único dialeto túrquico a tê-lo feito), o substituiu (Roy, ibid, p. 76, Sengupta, 2003, p. 147). O objetivo por traz de tal escolha, conforme avaliam os analistas, foi a diferenciação da (nova) língua uzbeque do kipchak e das línguas turcomena e turca do grupo Oghuz (Roy, ibid, Sengupta, ibid).

Essas manipulações e fabricações lingüísticas foram acompanhadas por mudanças de alfabetos. De um alfabeto árabe reformado, usado até 1929, o latim foi adotado como alfabeto padrão das línguas da região, sendo substituído, em 1940, pelo cirílico (Roy, ibid, Soucek, 2000, p. 233, Sengupta, ibid, p. 145). Uma das conseqüências mais marcantes da mudança de alfabetos, as quais certamente serviam aos propósitos das autoridades centrais soviéticas, foi o fato de que toda a produção literária anterior às mudanças se tornava de difícil acesso para as novas gerações de nativos (Roy, ibid, p. 77).

Tais transformações foram acompanhadas por campanhas de letramento e alfabetização das populações nativas. As reformas educacionais transformaram a presença de jovens nativos em obrigatória e, a partir de 1953, o ensino da língua russa passou a ser massivo. Ela deixou de ser, sob Stalin, glorificada, e passou a ser concebida pragmaticamente como a língua necessária “para a comunicação,

para a ciência e a tecnologia, e como a chave para a cultura russa e mundial” (Sengupta, 2003, p. 149).

Mesmo antes da transição para o alfabeto cirílico, houve incentivo das autoridades soviéticas para a publicação de periódicos nas línguas “nacionais” de cada república. A partir de 1924, houve um crescimento exponencial do número de publicações, antes quase inexistentes, de jornais e periódicos em geral nas seis línguas acima elencadas (Soucek, 2000, p. 230, Sengupta, *ibid*, p. 148). A partir da década de 40, uma sistematização ortográfica e terminológica ocorreu através da publicação de gramáticas normativas e livros textos. O crescente ensino da língua russa e a troca de nomes de locais forçaram a entrada e o uso forçado de termos russos nas línguas locais (Sengupta, *ibid*, Critchlow, 1991, p. 111).

O impacto mais importante, conforme já argumentamos, desse processo de etnicização ou nacionalização de grupos populacionais locais foi o lançamento das sementes de movimentos nacionalistas e de consciências nacionais, nos termos do próprio Benedict Anderson⁷⁹, discutido no capítulo anterior. Esse processo foi implementado através do combate a movimentos pan-islâmicos e pan-túrcicos, da criação e fixação de línguas nacionais e da criação de unidades administrativas separadas e autônomas correspondentes a grupos ditos nacionais. Se, por um lado, conforme argumenta Roy (2000, p. 72), noções de uzbeque, tadjique, quirguiz etc. existiam, por outro as principais lealdades políticas das populações locais se localizavam no nível infra-étnico. Em outras palavras, antes da sovietação da Ásia Central, os seus habitantes nativos se concebiam principalmente como súditos do Islã (e de algum dignitário local), ou seja, eminentemente como

⁷⁹ Sengupta (2003, p. 133) critica a atribuição de relevância crucial ao “capitalismo de imprensa” de Anderson no processo de construção da consciência nacional devido ao fato de que essa seria uma generalização não aplicável inteiramente ao caso uzbeque, no qual “a aceleração no ritmo do desenvolvimento de um dialeto preexistente de uma língua que foi, então, designada como ‘a’ língua uzbeque levou à criação de uma identidade ‘uzbeque’ e, eventualmente, à formação de um Estado uzbeque independente”. No entanto, Sengupta parece ignorar o fato de que foi justamente a experiência de povos colonizados sob unidades administrativas controladas pela metrópole que permitiu a estabilização e fixação de línguas locais (mesmo se “importadas” ou impostas), algo que vai ao encontro da idéia de Giddens de que a exposição a uma administração unitária, aliada a um crescente nível de publicação e produção literária em língua vernácula, gera uma crescente percepção, particularmente por parte de elites locais (como no caso da América Latina), da existência de um agrupamento humano cultural e politicamente particular. A discussão de Anderson da experiência latino-americana deixa esse fato claro. Olivier Roy (2000, p. 74) é elucidativo, nesse sentido, quando salienta que a criação de identidades nacionais e a manipulação de línguas nativas não foram próprias da experiência da colonização russo-soviética, tendo ocorrido, por exemplo, tanto na Europa e na América Latina no século XIX.

muçulmanos (Sengupta, 2003, p. 140), situação similar àquela dos cristãos habitantes da Europa feudal e absolutista.

A terceira e última estratégia de colonização dos soviéticos, que encontrou antecedentes no período do império, foi a já mencionada criação de unidades político-territoriais a partir de critérios nacionais (etnolingüísticos). Se, por um lado, o Estado soviético era composto, em 1953, de 53 unidades administrativas⁸⁰ (Roy, 2000, p. 65), por outro, o partido era federal e unitário, garantindo uma administração e o controle centralizado da população e do território. Nas palavras de Soucek (2000, p. 229), o partido era “um organismo além e acima da lei e do governo convencional, ele era o verdadeiro mestre do país” e cujo papel único era “completamente diferente daquele de um partido político no sentido ocidental”.

Além de ter extensões ou braços nacionais em cada república, havia uma certa “duplicação” de funções que era um instrumento de controle: geralmente, o líder ou primeiro secretário do ramo local do partido era um nativo, e o oficial imediatamente abaixo na hierarquia, o número dois, era um eslavo – geralmente russo ou ucraniano – designado pelo centro para vigiar seus passos (Ibid).

Assim, no período soviético, houve a criação de uma classe de burocratas comunistas ou *apparatchiks* cujas graças (destinos) eram geralmente determinadas a partir de Moscou. A partir da era Krushchev, mas especialmente no período Brejnev, administrações duradouras lideradas por nativos leais a Moscou se verificaram na Ásia Central e no Uzbequistão em particular. Nesse período, além das investidas do centro nas áreas educacional, lingüística e religiosa, esforços foram envidados para incrementar o nível de urbanização e industrialização da região, os quais contaram com o crescente número de imigrantes eslavos com formação técnica. A migração de camponeses e agricultores também foi incentivada, senão, por vezes, forçada.

Nas décadas de 20 e 30, a coletivização forçada das terras, particularmente no Cazaquistão, onde os pastores foram forçados à sedentarização, produziu uma redução massiva da população cazaque, que ao fim do período contava cerca de 30% da população da república. Nas décadas de 50 e 60, Krushchev lança a “campanha das terras virgens” que incrementou o fluxo de eslavos para a região,

⁸⁰ O Estado soviético era composto de 15 repúblicas soviéticas nacionais (dentre as quais estava a república federativa russa), 20 repúblicas autônomas (16 das quais se localizavam na república russa), oito regiões autônomas (*oblasts*) e dez territórios nacionais (todos na Rússia) (Roy, 2000, p. 65). Para uma visualização cartográfica do Estado soviético, vide o mapa 7.3 nos Anexos.

os quais ocuparam, inclusive, território liberado por cazaques mortos no período anterior (Ibid, p. 236).

A Ásia Central como um todo, e o Uzbequistão em particular, foi transformada em uma grande monocultura ou mega-fazenda de algodão – de modo a atender as sempre inalcançadas necessidades agrícolas dos soviéticos – cujos requisitos em água e irrigação iriam causar a crescente desertificação da região, secagem do Mar de Aral, com impactos bastante nocivos para os ecossistemas e as populações locais (Ibid, p. 8 e 235).

A Ásia Central experimentou avanços, alguns notáveis, no período soviético, tais como o crescimento da alfabetização e dos níveis de educação dos nativos, o nível superior de industrialização e urbanização local etc., mas ao mesmo tempo viveu experiências terríveis com a perseguição, especialmente sob Stalin, de dissidentes e seu envio para os Gulag, onde eram sumariamente executados, com a imposição crescente do russo como língua operacional na política, no sistema educacional, na cultura, com a depredação sem precedentes do meio-ambiente local, com a impossibilidade de professar livremente suas crenças religiosas etc. Se o período soviético deu nascimento aos infantes que futuramente se tornariam Estados independentes, ao mesmo tempo ele gerou fortes sentimentos de repúdio da imposição do controle totalitário da sociedade soviética multiétnica pelos russos, controle que produziu a submissão das nacionalidades em boa parte do período histórico da URSS, mas que passou a ser crescentemente contestado e oposto a partir das reformas e da abertura política implementadas por Gorbachev após sua ascensão ao posto de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). O período Gorbachev é crucial para o entendimento do fim do Estado soviético porque foi nele que grupos nacionais articularam movimentos nacionalistas, cujas oposição e decisões finalmente trouxeram a declaração da dissolução da URSS em dezembro de 1991. Faz-se, então, mister uma breve incursão nesse período, cujo fim produziu as independências de 15 novos Estados em lugar das ex-repúblicas nacionais soviéticas.

3.3.3

Gorbachev, as Mobilizações Nacionalistas e o Fim da União Soviética

Mikhail Gorbatchev foi eleito secretário geral do PCUS em 31 de março de 1985. À sua frente se encontrava a tarefa colossal de reformar o sistema soviético de forma a permitir resolver o problema da estagnação econômica e do declínio relativo em relação ao ocidente. Particularmente, Gorbatchev se apresentou, à maneira de Krushchev antes dele, como um promotor da mudança, especialmente no sentido de por um fim ao período Brejnev e sua característica estagnação e corrupção (Carrère d'Encausse, 1993, p. 3).

Já no vigésimo sétimo Congresso do Partido Comunista, aberto em fevereiro de 1986, o relatório apresentado por Gorbatchev sobre o estado da União Soviética

“completamente quebrou com a lista presumida de conquistas inexistentes que os cidadãos soviéticos deveriam acreditar ser a realidade do seu país. De fato, o tom de candor relativo e lucidez de Gorbatchev era bem apropriado ao estado de desenvolvimento intelectual do país” (Carrère d'Encausse, *ibid*, p. 4).

Gorbatchev havia vivido no ocidente no passado, e havia se cercado de assessores que também haviam tido contato ou exercido funções no ocidente. Eles haviam sido impressionados por tais experiências, particularmente a discrepância entre o desenvolvimento econômico-tecnológico ocidental e o soviético. Todavia, Gorbatchev e seus assessores reformistas e liberalizantes não buscavam transformar o Estado soviético em uma democracia liberal ocidental. Ele era um comunista leninista que buscava resolver profundos problemas da URSS herdados de períodos anteriores (Khazanov, 1995, p. 22, Kubálková, 2001).

Gorbatchev, diferentemente de seus antecessores na liderança do PCUS, não teve qualquer experiência na burocracia do partido em outras repúblicas soviéticas que não a Rússia. Ele não tinha conhecimento das realidades na periferia do Estado, e o Politburo que ele formou refletiu esse fato. Sob Brejnev, o Politburo continha membros que eram líderes dos partidos comunistas de diversas repúblicas soviéticas: o ucraniano Shcherbitsky, o cazaque Kunaev, o azeri Geidar Aliev, Shevardnadze da Geórgia, o uzbeque Rashidov e o bielorusso Kisilev (Carrère d'Encausse, 1993, p. 10). Esses membros, de certa forma, representavam diretamente as vozes e conectavam o centro à realidade da periferia.

O Politburo de Gorbatchev, em 1987, não possuía qualquer representante das repúblicas muçulmanas ou do Cáucaso. Uma predominância russo-eslava foi

mantida, o que veio a acarretar sérios problemas posteriores. Particularmente, conforme nota d'Encausse (p. 12),

“Falta de experiência levou toda a liderança soviética a ignorar as pressões crescentes na periferia e, mais tarde, a explicá-las através das familiares causas gerais: corrupção, hooliganismo, defeitos na organização dos quadros. Isso também os levou a subestimar cada evento que perturbava a periferia e as séries de crises. Gorbachev e seus assessores mais graduados dificilmente seriam capazes de distinguir entre um conflito interétnico e um tumulto em frente de uma loja vazia”.

Tal nível de ignorância e desinformação levou Gorbachev a considerar, conforme todos os seus antecessores desde Stalin, que a questão nacional havia sido resolvida na medida do suposto sucesso da URSS em produzir um novo tipo de homem através do fomento do internacionalismo e de sua integração dentro do Estado soviético (Sakwa, 1999, p. 302, Carrère d'Encausse, 1993, p. 4-5, Khazanov, 1995, p. 10). Se o seu tratamento de outras questões demonstrou candor e abertura, na reflexão de Gorbachev sobre a questão nacional o atavismo do pensamento socialista soviético sobreveio e se impôs⁸¹. Interessantemente, a questão nacional se mostraria o maior problema interno da União Soviética no período da Perestroika (Khazanov, *ibid*).

Gorbachev herdou e incrementou um processo de combate à corrupção galopante praticada por altos membros dos quadros do partido. Já sob o governo de Iuri Andropov, alguns escândalos de corrupção haviam irrompido, dentre os quais merece destaque o “caso (ou escândalo) do algodão”, ou, ainda, o “caso Rashidov”, cujas causas foram pública e duramente atacadas por Gorbachev. Sharaf Rashidov, sob Brejnev, havia se tornado um dos “*Muslim darlings*” do governo central. Ele foi presidente do partido comunista uzbeque de 1959 a 1983, quando veio a falecer, e também membro provisório do Politburo. Esse foi um período que James Critchlow (1991, p. 18-20), por exemplo, denominou de

⁸¹ O tratamento da questão nacional foi uma das maiores contradições do sistema soviético (Khazanov, 1995, p. 17, Soucek, 2000, p. 238). Se, por um lado, o sistema se desenvolveria a partir da integração e do internacionalismo do homem soviético, por outro lado isso foi bastante dificultado pela própria fixação e imutabilidade da atribuição de nacionalidade aos cidadãos soviéticos. Conforme nota Khazanov (p. 16), na década de 30, a concepção de nacionalidade dos soviéticos era primordialista ou essencialista, baseada na noção de descendência (à maneira da concepção étnica da nação de Anthony Smith). Quando o sistema do passaporte interno foi implantado na URSS na mesma época, a atribuição de nacionalidade era baseada na identificação dos pais. Apenas filhos de casais mistos, aos 16 anos de idade, poderiam escolher entre a nacionalidade da mãe e do pai. Uma vez fixada a nacionalidade de um indivíduo, sua mudança era praticamente impossível, e ele a carregaria até o fim de sua vida.

patrimonialista, uma vez que, por ter sido relativamente pacífico, permitiu a consolidação de longas administrações de líderes nativos que gerenciavam a máquina republicana com relativa liberdade e alocavam seus apoiadores em postos importantes nos níveis republicano, regional (*oblast*) e local (*rayon*).

Em duas questões importantes, Rashidov mascarou dados de modo a projetar uma imagem de sucesso no alcance de metas pelo Uzbequistão. No início da década de 80, Rashidov planejou e anunciou enormes colheitas de algodão que ultrapassavam as já altas expectativas do governo central, com vistas a satisfazer “a megalomania de Brejnev” (Carrère d’Encausse, 1993, p. 17). Na questão dos progressos da política lingüística soviética, censos seguidos demonstravam o grande sucesso dos uzbeques em se tornarem bilíngües, isto é, falantes da língua russa (Ibid)⁸².

O escândalo do algodão emergiu durante a campanha de Andropov contra a corrupção, e nos anos 85 e 86 expurgos sistemáticos eliminaram os quadros da era Brejnev e Rashidov foi dura e postumamente condenado, tendo o seu corpo sido removido do cemitério em Tashkent. Brevemente, as lideranças em Moscou atacavam uma “conspiração uzbeque” de falsificação de dados econômicos, corrupção e nepotismo. A “questão uzbeque” se tornou a plataforma a partir da qual Gorbachev atacava o localismo e as práticas nacionalistas de muitas lideranças republicanas, não somente as centro-asiáticas. A divulgação de dados referentes aos níveis de criminalidade na república uzbeque, e particularmente sobre as ações da máfia local, estarreceram as autoridades centrais. A partir de então, sentimentos de discriminação foram se espalhando entre os uzbeques (Ibid, p. 17-20, Soucek, 2000, p. 257).

Os ataques do governo central contra a corrupção atingiram o Cazaquistão e terminaram com a exoneração do primeiro secretário do partido local e antigo associado de Brejnev e membro do soviete supremo, Dinmukhamed Kunaev. Kunaev foi substituído por Gennadi Kolbin. Tal decisão infringiu o acordo tácito, vigente desde a morte de Stalin, sobre a divisão de poder entre russos e não-russos na União Soviética, acordo que previa que o posto mais elevado em cada república seria ocupado por um nativo. O posto de segundo secretário, que

⁸² O senso soviético de 1979 indicou que 49,3% dos uzbeques tinham um domínio fluente do russo, enquanto que a cifra correspondente do senso de 1970 havia sido de 14,5%. No senso de 1989, apenas 22,3 % dos uzbeques alegaram possuir um domínio fluente do russo (Bohr, 1998c, p. 200).

geralmente fazia todas as indicações de cargos, ficaria com os russos (Carrère d'Encausse, 1993, p. 25).

A instalação de Kolbin como primeiro secretário da república cazaque produziu a primeira onda de protestos na URSS sob Gorbachev, ocorrida em dezembro de 1986 na praça principal de Almaty. Dada a incipiência da implementação da *glasnost* (transparência ou abertura política), o governo ordenou a supressão dos protestos, a qual culminou com a morte de algumas pessoas e a prisão de várias outras (Soucek, 2000, p. 261). Em breve, a “paz” estaria restaurada na república, mas o evento foi um importante sinalizador das insensibilidades de Gorbachev perante a questão nacional.

A luta contra o nepotismo e a campanha pública contra a corrupção nas repúblicas levaram Gorbachev a exortar os cidadãos soviéticos das diferentes nacionalidades a colaborarem no esforço de reestruturação (perestroika) e recuperação econômica da União. O desastre sem precedentes de Chernobyl, por sua vez, forçou Gorbachev a promover sua política de abertura política, permitindo aos cidadãos e às nacionalidades soviéticas manifestarem suas opiniões sobre questões de relevância incontestes para o Estado (Carrère d'Encausse, 1993, p. xi-xii, English, 2002, p. 83).

Nesse contexto, o Estado soviético incentivou a criação de grupos informais de discussão, os quais já haviam emergido, mesmo que em pequeno número, antes da era Gorbachev. A partir de 1985, esses grupos se multiplicaram e vieram a se tornar as frentes populares, também chamadas de interfrentes (Khazanov, 1995, p. 34), agrupamentos maiores parcialmente encorajados pelo governo que poderiam, segundo sua lógica, impedir uma proliferação extensa e incontrolada da mobilização da população, permitindo certo grau de controle governamental. Essa mobilização era, por outro lado, fundamental para o sucesso da perestroika (Carrère d'Encausse, 1993, p. 116).

A vanguarda das frentes populares surgiu nos países bálticos, os quais possuíam experiência prévia de independência política antes de terem sido incorporados por Stalin na década de 40 após um acordo secreto feito com a Alemanha nazista. Liderados pelo exemplo das frentes lituana, estoniana e letã, movimentos populares e embriões de partidos políticos surgiram por toda a parte no Estado soviético. Essas frentes polemizariam a submissão lingüística, econômica e política que caracterizava a situação das nacionalidades não-russas

(ou não-eslavas) na URSS (Ibid, cap. 7). Elas viriam, com variados graus de apoio das burocracias locais, desafiar os três pilares do federalismo soviético: a lei (a Constituição), o exército e o partido comunista (Ibid, p. 144). Eles entraram em colapso quando, sob a liderança dos lituanos, estonianos e letões, os congressos republicanos vieram a declarar suas independências, sua autonomia do partido russo-soviético e seu apoio à recusa de nacionais de aceitar a conscrição militar obrigatória (Ibid, cap. 8).

Após árduos processos de negociação e a obtenção de sua nomeação como presidente da União Soviética, Gorbachev conseguiu produzir um acordo referente à realização de um referendo federal contemplando as possibilidades de continuidade do Estado soviético como uma federação real e reformada ou de sua dissolução. O referendo foi realizado em março de 1991, sendo que, no caso das repúblicas da Ásia Central, a maioria da população votou pela continuação da URSS, o que pode ser explicado pelo medo de suas elites de se verem privadas de um sistema que lhes conferia privilégios e benefícios (Soucek, 2000, p. 261-2). No dia 19 de agosto de 1991, um dia antes da assinatura do pacto entre as repúblicas que apoiaram a reestruturação e preservação do Estado soviético, um golpe liderado por militares ocorreu em Moscou quando Gorbachev estava na Criméia. Boris Yeltsin, líder comunista da república federativa russa que viria a romper com o partido, enfrentou os golpistas, permitindo o retorno de Gorbachev. O destino da União Soviética, todavia, estava traçado.

O golpe imprimiu a mensagem da fragilidade do Estado soviético na mente dos líderes das repúblicas centro-asiáticas, as quais vieram a declarar suas independências em relação à União já a partir de agosto: o Uzbequistão e o Quirguistão em 31 de agosto, o Tadjiquistão em 9 de setembro, o Turcomenistão em 27 de outubro e o Cazaquistão em 16 de dezembro (Ibid, p. 262). Entre 7 e 8 de dezembro de 1991, líderes da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia assinaram em Minsk o tratado que formalizava a criação da Comunidade dos Estados Eslavos (Carrère d'Encausse, 1993, p. ix, Sakwa, 1999, p. 487). Em 21 de dezembro de 1991, em Alma-Ata, no Cazaquistão, oito Estados aderiram ao tratado assinado por Rússia, Ucrânia e Bielorrússia para formar a Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Em 31 de dezembro de 1991, a União Soviética, após 69 anos de existência, foi formalmente dissolvida. Nasceram claramente, assim, os 15

novos Estados cujo parto foi o impressionantemente pacífico processo de esfacelamento e morte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

3.4 Considerações Finais

O presente capítulo consistiu de uma exploração histórica dos processos político-culturais de construção original de Estados modernos na região centro-asiática, contemplando, especificamente, a construção das problemáticas e estruturas políticas que analisaremos no capítulo seguinte. Esse percurso, conforme já argumentamos, se justifica dentro do contexto da nossa pesquisa uma vez que seu objeto é a investigação, historicamente sensível e embasada, do processo de construção da organização política estatal moderna em uma região ainda amplamente desconhecida no mundo, processo esse que retém importantes continuidades institucionais culturais e políticas oriundas da experiência pretérita da região.

Após uma breve e necessária contextualização histórico-geográfica da região, a qual traçou um sucinto panorama do contexto cultural e político no qual a conquista russa ocorreu, pudemos, então, adentrar mais especificamente os conflitos políticos e os processos de engenharia colonial (administrativa e etnolingüística) que viriam a traçar os contornos identitários e políticos dos futuros Estados soberanos centro-asiáticos.

Com a criação do Estado soviético, mudanças ainda mais profundas e duradouras seriam promovidas em nome da consolidação de uma experiência que atestaria, segundo os seus mentores, a existência de leis históricas irresistíveis que conduziriam as formações sócio-econômico-políticas humanas na direção da superação das desigualdades inerentes às sociedades de classe e particularmente do sistema capitalista de produção. Com o objetivo de integrar mais profundamente as populações das mais diversas culturas, religiões e línguas e produzir o homem e a sociedade internacionalista e igualitária do futuro, os comunistas soviéticos decidiram criar unidades administrativas na Ásia Central que refletissem particularidades etnolingüísticas de grupos humanos que ainda não haviam se tornado coletiva e politicamente conscientes delas. As delimitações político-administrativas das décadas de 20 e 30, implementadas a partir de

critérios nacionais, iriam produzir, paradoxalmente, agrupamentos nacionais que, submetidos a uma administração unitária e a esforços de uniformização lingüística, ideológica e cultural, e a um duro regime de repressão a toda dissensão, se tornariam conscientes das situações, experiências e causas comuns que os uniam e que forneceriam as bases de uma vida coletiva independente.

O Estado soviético foi, portanto, um produtor – talvez ainda mais intensivo devido ao caráter totalitário de sua constituição – de nacionalidades que reivindicariam o direito de se autogovernar. O período soviético, paradoxalmente, foi o veículo através do qual a idéia e a consciência nacional se fizeram presentes e foram introduzidas nas mentalidades das populações da Ásia Central. Em contrapartida, essas nacionalidades ainda são, como todas, inacabadas, ou ainda em processo de construção através da experiência político-administrativa dos novos Estados surgidos a partir do fim da URSS.

É para a experiência contemporânea de um desses Estados – o Uzbequistão – que voltaremos nossas atenções nesse momento, buscando explorar as continuidades e descontinuidades – ou seja, as particularidades – do processo de construção estatal na região centro-asiática no pós-Guerra Fria. Para tanto, elencamos uma dimensão específica e recorrente desse processo através da história sobre a qual nos concentraremos, qual seja, a prática de demarcação da comunidade política – por meio da qual o Estado se constitui e se reproduz – através de um processo de securitização, o qual já examinamos previamente. Através da identificação de ameaças e de ações para combatê-las, as elites estatais freqüentemente alijam substantivas porções de sua população do *status* de cidadão e sujeito político, de titulares, portanto, de direitos políticos, por considerá-las como ameaças. Essa exclusão violenta, por sua vez, reverbera nas instituições políticas do Estado, terminando por transformá-las e por caracterizar um processo de (re)construção estatal.

O próximo capítulo irá explorar como esse processo de desenrola no contexto de um Estado recém-independente, tanto no eixo de suas relações com a ex-metrópole russa quanto com sua própria população, isso em uma sociedade internacional em que padrões de direitos humanos têm sido progressivamente consolidados e, por vezes, impostos pelas grandes potências na tentativa de evitar as políticas intensamente violentas e recorrentes no passado.